



Daniela Cristina Costa Melo

Relatório de Estágio – *Abilis – Consultores de Empresas, Lda.*

Coimbra, outubro de 2025



Daniela Cristina Costa Melo

Relatório de Estágio - O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

Relatório de estágio submetido ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Análise Financeira**, realizado sob a orientação da Professora Maria de Fátima Cravo e supervisão de Rafael Vaz André.

Coimbra, outubro de 2025

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ser a autora deste relatório de estágio, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação do presente relatório de estágio.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

DEDICATÓRIA

Aos meus pais,
por serem o alicerce de tudo o que sou
e a origem de tudo o que sonho.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste relatório representa muito mais do que o fim de uma etapa académica, é o reflexo do apoio, da paciência e do carinho de todos aqueles que caminharam comigo ao longo deste percurso.

Agradeço profundamente aos meus pais, pelo exemplo de coragem, dedicação e generosidade, e aos meus avós, pelo carinho incondicional e pelas palavras certas nos momentos difíceis.

À Professora Maria de Fátima Cravo, deixo o meu sincero reconhecimento pela orientação e disponibilidade, que foram determinantes para a concretização deste trabalho.

Aos meus colegas e ao meu supervisor, Rafael Vaz André, agradeço a confiança, o apoio e todas as oportunidades de aprendizagem que tornaram o estágio uma experiência enriquecedora.

Aos meus amigos, agradeço por estarem sempre por perto e pelo incentivo nos momentos de maior cansaço.

E ao meu namorado, obrigada por cada gesto de paciência, compreensão e apoio incondicional, por acreditar em mim, mesmo nos dias em que eu própria duvidava.

A todos, o meu mais profundo agradecimento, aos que estiveram ao meu lado e a todas as pessoas envolvidas que contribuíram, direta ou indiretamente, para esta conquista.

Este trabalho também é vosso.

RESUMO

O presente relatório resulta do estágio curricular desenvolvido no âmbito do Mestrado em Análise Financeira e tem como objetivo analisar o impacto das políticas públicas de incentivo na economia e na empregabilidade em Portugal. O estudo enquadra-se no contexto socioeconómico nacional e nas prioridades estratégicas definidas pelo Portugal 2030, articulando a revisão da literatura recente com a observação prática obtida durante o estágio.

O estágio foi realizado numa empresa de consultoria especializada no apoio a pequenas e médias empresas (PME), envolvendo o acompanhamento e preparação de candidaturas a sistemas de incentivo financiados por fundos europeus. A investigação recorreu a uma abordagem qualitativa, sustentada na análise de três estudos de caso representativos dos setores da restauração, dos vinhos e da indústria farmacêutica.

Os resultados evidenciam que os incentivos públicos, quando estrategicamente enquadrados, contribuem para a inovação, a modernização organizacional e o aumento do emprego qualificado. Contudo, foram identificadas limitações persistentes associadas à complexidade processual, à morosidade administrativa e à fraca articulação territorial. O trabalho culmina com propostas de melhoria orientadas para a simplificação, o reforço do acompanhamento técnico e a valorização do impacto qualitativo dos projetos apoiados, realçando o papel dos incentivos como instrumentos estratégicos de política económica e de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Portugal 2030; Políticas de incentivo; Empregabilidade; Fundos europeus; Desenvolvimento económico.

ABSTRACT

This report results from the curricular internship carried out within the scope of the Master's Degree in Financial Analysis and aims to analyse the impact of public incentive policies on the economy and employment in Portugal. The study is framed within the national socioeconomic context and the strategic priorities defined under Portugal 2030, combining a review of recent literature with practical insights obtained during the internship.

The internship was conducted at a consulting firm specialising in supporting small and medium-sized enterprises (SMEs), involving the monitoring and preparation of applications for incentive schemes funded by European funds. The research followed a qualitative approach based on the analysis of three case studies representing the restaurant, wine, and pharmaceutical sectors.

The findings show that public incentives, when strategically designed and implemented, contribute to innovation, organisational modernisation, and the creation of qualified employment. However, persistent limitations were identified, particularly regarding procedural complexity, administrative delays, and weak territorial coordination. The study concludes with a set of improvement proposals focused on simplification, enhanced technical support, and the valorisation of qualitative impacts, highlighting the role of incentive policies as strategic instruments of economic policy and sustainable development.

Keywords: Portugal 2030; Incentive policies; Employability; European funds; Economic development.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	1
1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO E ESTRATÉGICO	2
1.1 O papel das políticas públicas de incentivo.....	2
1.2 Portugal 2030 e os fundos europeus	4
1.3 Relação entre incentivos, inovação, economia e empregabilidade	7
2 - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE DE ACOLHIMENTO	9
2.1 Apresentação da Entidade	10
2.2 Estrutura Organizacional e Áreas de Atuação	11
2.3 Integração da Entidade na Gesconsulting.....	13
2.4 Objetivos e Enquadramento do Estágio	14
2.4.1 Objetivos do Estágio.....	14
2.4.2 Integração Funcional e Adaptação à Equipa	15
2.4.3 Descrição das Atividades Desenvolvidas	16
3 - ANÁLISE TEMÁTICA: O IMPACTO DAS POLÍTICAS DE INCENTIVO NA ECONOMIA E EMPREGABILIDADE NACIONAL	22
3.1 Enquadramento das Políticas de Incentivo em Portugal	23
3.2 Efeitos Económicos das Políticas de Incentivo	25
3.3 Impacto na Empregabilidade Nacional.....	27
3.4 Ligação entre Incentivos, Inovação e Desenvolvimento Regional.....	30
3.5 Evidências Práticas Observadas Durante o Estágio	33
3.6 Desafios na Operacionalização dos Incentivos	35

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

3.7	Contributo dos incentivos cofinanciados para o desempenho económico e empresarial em Portugal: uma análise crítica	38
3.8	Políticas de Incentivo Empresarial e os seus Efeitos sobre Empresas e Trabalhadores: Contributos a partir da Evidência Europeia.....	40
3.9	O Papel dos Fundos Europeus e das Reformas Estruturais no Crescimento Económico e na Empregabilidade: Perspetiva do FMI (2024).....	41
3.10	O Apoio do Fundo Social Europeu no Combate ao Desemprego de Longa Duração: Contributos do Tribunal de Contas Europeu (2021).....	43
3.11	Síntese Final: Análise Integrada da Evidência Empírica e da Experiência Prática	45
4 -	ESTUDOS DE CASO: APLICAÇÃO PRÁTICA DAS POLÍTICAS DE INCENTIVO	46
4.1	Estudo de Caso 1 – Inovação e Sustentabilidade no Setor da Restauração em Território de Baixa Densidade.....	47
4.2	Estudo de Caso 2 – Criação de Emprego Qualificado e Inovação Experiencial no Setor do Comércio e Eventos Vínicos.....	49
4.3	Estudo de Caso 3 – Qualificação e Reestruturação Tecnológica no Setor Farmacêutico Veterinário	52
4.4	Síntese Final – Análise Transversal e Implicações dos Estudos de Caso	54
4.4.1	Adicionalidade e Alavancagem do Investimento	54
4.4.2	Criação de Emprego Qualificado e Inclusão Social	56
4.4.3	Sustentabilidade, Inovação e Responsabilidade Territorial.....	57
4.4.4	Capacidade Técnica e Orientação Estratégica das Empresas.....	57
4.4.5	Implicações Transversais e Relevância Política.....	58
4.4.6	Representação comparativa dos estudos de caso.....	59
5 -	ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSTAS DE MELHORIA	60

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

5.1	Análise Crítica: Limitações, Desafios e Fragilidades Observadas	60
5.1.1	Complexidade processual e exigência técnica desproporcionada	61
5.1.2	Foco excessivo na execução formal	62
5.1.3	Fraca articulação com estratégias territoriais e políticas setoriais.....	62
5.1.4	Risco de distorção da racionalidade empresarial.....	63
5.2	Propostas de Melhoria: Recomendações Técnicas e Estratégicas	64
5.2.1	Simplificação administrativa e harmonização regulamentar	64
5.2.2	Reforço das redes de apoio técnico descentralizado	64
5.2.3	Integração efetiva com estratégias de desenvolvimento territorial	65
5.2.4	Introdução de indicadores qualitativos de impacto	65
5.2.5	Mecanismos de continuidade e valorização pós-projeto	66
5.2.6	Transparência, avaliação sistemática e comunicação pública	66
CONCLUSÕES		68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		70

ÍNDICE DE TABELAS E FIGURAS

Figura 1- Fundos Europeus Estruturais e de Investimento do Portugal 2030	4
Figura 2 - Objetivos Estratégicos do Portugal 2030.....	5
Figura 3 - Estrutura Abilis.....	11
Figura 4 - Número de participações na prioridade de investimento 8i.....	29
Tabela 1 - Tipos de Adicionalidade	55
Tabela 2 - Comparação dos Estudos de Caso	59
Tabela 3 - Fragilidades das Políticas Públicas	63
Tabela 4 - Propostas de Melhoria	67

Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas

AD&C - Agência para o Desenvolvimento e Coesão

FMI - Fundo Monetário Internacional

FSE - Fundo Social Europeu

IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional

INE - Instituto Nacional de Estatística

I&D - Investigação e Desenvolvimento

OCDE - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico

PME - Pequenas e Médias Empresas

PRR - Plano de Recuperação e Resiliência

TCE - Tribunal de Contas Europeu

CEE – Comunidade Económica Europeia

ROE – Return on Equity (Retorno sobre o Património Líquido)

VAL – Valor Atual Líquido

TIR – Taxa Interna de Rentabilidade

UE - União Europeia

INTRODUÇÃO

A crescente complexidade dos desafios económicos tem vindo a reforçar o papel do investimento público como instrumento de estímulo ao desenvolvimento, à coesão territorial e à criação de emprego qualificado. Em particular, as políticas de incentivo financiadas por fundos europeus tem desempenhado um papel estratégico no apoio à modernização do tecido empresarial português, sobretudo no que diz respeito às pequenas e médias empresas (PME), que desempenham um papel central na economia nacional.

O presente relatório, elaborado no âmbito do estágio curricular do Mestrado de Análise Financeira, centra-se na análise do impacto das políticas de incentivo na economia e na empregabilidade em Portugal, com base na experiência prática adquirida numa entidade de consultoria empresarial. Durante o estágio, foi possível acompanhar diversas candidaturas no contexto do Portugal 2030, com ênfase em áreas como a inovação, a qualificação de PME e o apoio ao empreendedorismo em territórios de baixa densidade.

Este trabalho conjuga a observação direta de projetos concretos com uma análise teórica devidamente fundamentada, assente em artigos académicos e técnico-científicos recentes. O objetivo consiste em compreender de que forma os incentivos públicos contribuem para a criação de valor económico e social, identificando simultaneamente exemplos eficazes, limitações e oportunidades de melhoria na implementação e execução dos mesmos.

A estrutura do relatório segue uma lógica progressiva. Após enquadramento teórico e caracterização da entidade, são descritas as atividades desenvolvidas durante o estágio e procede-se a uma análise temática, sustentada em estudos de caso e evidência científica, que permite problematizar os desafios e implicações associados à aplicação das políticas de incentivo em contexto real. Conclui-se com uma reflexão crítica e formulação de propostas concretas, com o intuito de contribuir para a discussão em torno da eficácia das políticas públicas de incentivo no contexto nacional.

1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO E ESTRATÉGICO

Neste capítulo, a análise centra-se no enquadramento teórico das políticas públicas de incentivo, explicando o seu papel no estímulo ao investimento, à inovação e à criação de emprego qualificado.

Inicia-se com a análise do papel destas políticas enquanto instrumentos de intervenção económica, segue-se a caracterização do Portugal 2030 e dos principais fundos estruturais que o compõem, e termina com a relação entre incentivos, inovação e empregabilidade.

Este enquadramento permite compreender de que forma as políticas de incentivo contribuem para a modernização das empresas e para o desenvolvimento sustentável em Portugal.

1.1 O papel das políticas públicas de incentivo

As políticas públicas de incentivo constituem instrumentos de intervenção económica ao promoverem o crescimento, o investimento privado e a correção de assimetrias estruturais entre regiões e setores. A sua operacionalização faz-se através de mecanismos financeiros e fiscais que procuram induzir comportamentos alinhados com objetivos de interesse público, como a promoção da inovação, a valorização do capital humano, a criação de emprego qualificado e o reforço da competitividade empresarial (European Court of Auditors, 2021; International Monetary Fund, 2024).

A racionalidade económica que fundamenta estas políticas assenta no conceito de falhas de mercado. Em mercados imperfeitos, muitas empresas, em especial as micro, pequenas e médias (PME), enfrentam constrangimentos estruturais no acesso ao financiamento, na capacidade de inovar e na qualificação dos seus recursos humanos, mesmo quando tais investimentos seriam socialmente desejáveis. Nestes contextos, a intervenção do Estado e de organismos supranacionais assume-se como mecanismo de correção de ineficiências, através da atribuição de apoios financeiros, incentivos fiscais, garantias públicas ou subsídios que tornam viáveis projetos que, de outro modo, não seriam implementados (Muraközy & Telegdy, 2023; Mesquita, Pereira dos Santos & Tavares, 2025).

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

As políticas de incentivo podem assumir formas diretas ou indiretas. As primeiras incluem subsídios não reembolsáveis, bonificações financeiras ou prémios ao investimento, enquanto as segundas abrangem benefícios fiscais, linhas de crédito com garantia pública ou majorações dirigidas a públicos-alvo específicos, como jovens empreendedores, desempregados ou regiões economicamente desfavorecidas. Em qualquer modalidade, a eficácia destas políticas depende de critérios de acesso claros, objetivos mensuráveis, capacidade de execução e mecanismos de controlo e avaliação robustos (European Court of Auditors, 2021).

Num plano mais abrangente, estas políticas integram-se no domínio da política económica ativa, em que o Estado ultrapassa o papel tradicional de regulador ou redistribuidor e assume uma função proativa enquanto facilitador e catalisador do desenvolvimento económico e social. No contexto europeu, encontram-se inseridas na Política de Coesão, uma das prioridades estruturantes da União Europeia, orientada para a redução das disparidades regionais, a promoção da inovação e o reforço da convergência económica e social (Regulamento (UE) 2021/1060).

Em Portugal, a implementação destas políticas tem vindo a intensificar-se nas últimas décadas, através da mobilização de fundos europeus nos diferentes Quadros Comunitários de Apoio: o QREN (2007–2013), o Portugal 2020 (2014–2020) e, mais recentemente, o Portugal 2030 (2021–2027). Estes programas materializam a estratégia nacional de convergência económica, permitindo a canalização de recursos significativos para estimular o investimento produtivo, promover a competitividade e fomentar a coesão territorial e social (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, 2023).

No contexto nacional, a importância dos incentivos é ainda mais expressiva, atendendo à estrutura empresarial fortemente composta por PME, que representam 99,9% do tecido empresarial português, das quais 96% correspondem a microempresas (Plano de Recuperação e Resiliência, 2023). Estas empresas enfrentam constrangimentos persistentes de capitalização, inovação e internacionalização. Assim, os incentivos públicos assumem-se como mecanismos de indução da ambição empresarial, promovendo dinâmicas de modernização e crescimento que dificilmente se concretizariam de forma autónoma.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

Contudo, como salientam o Tribunal de Contas Europeu (2021) e o Fundo Monetário Internacional (2024), a disponibilização de recursos financeiros, por si só, não garante resultados sustentáveis. É essencial assegurar mecanismos eficazes de acompanhamento, monitorização e avaliação, que permitam comprovar o impacto real dos apoios sobre a produtividade, o emprego e a coesão territorial. Apenas assim será possível garantir que as políticas públicas cumprem efetivamente a sua missão de gerar valor económico e social de forma duradoura e equitativa.

1.2 Portugal 2030 e os fundos europeus

O Portugal 2030 constitui o principal instrumento nacional de execução da Política de Coesão da União Europeia para o ciclo de programação 2021–2027. Resulta do Acordo de Parceria celebrado entre o Estado Português e a Comissão Europeia, que define a estratégia, as prioridades de investimento e os mecanismos de implementação dos fundos europeus atribuídos ao país. Este quadro financeiro plurianual mobiliza um montante global de cerca de 23 mil milhões de euros, destinados a promover a competitividade, a transição climática e digital, a coesão territorial e a inclusão social (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, 2023).

O financiamento do Portugal 2030 assenta em cinco fundos estruturais e de investimento, que procuram responder aos desafios económicos, sociais e ambientais do país. A Figura 1 apresenta esses fundos e os respetivos objetivos principais de aplicação:

	Fundo Europeu	Objetivos Principais de Aplicação
1	FEDER	Infraestruturas, inovação e apoio às PME
2	FSE+	Emprego, formação e inclusão social
3	Fundo de Coesão	Conectividade, ambiente e coesão territorial
4	FEAMPA	Economia azul e sustentabilidade marítima
5	Fundo para uma Transição Justa	Descarbonização e reconversão de territórios dependentes de carbono

Figura 1- Fundos Europeus Estruturais e de Investimento do Portugal 2030
Fonte: Agência para o Desenvolvimento e Coesão (2023)

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

A execução operacional destes fundos concretiza-se através de doze programas: quatro de âmbito nacional, sete regionais correspondentes às regiões NUTS II¹, e um programa de assistência técnica (Comissão Europeia, 2023).

A estratégia do Portugal 2030 está alinhada com as prioridades da UE e estrutura-se em cinco grandes objetivos estratégicos, ilustrados na figura seguinte (Figura 2). Estes domínios refletem as principais orientações de política pública para o período 2021-2027, integrando dimensões económicas, sociais, ambientais e territoriais.



Figura 2 - Objetivos Estratégicos do Portugal 2030
Fonte: Agência para o Desenvolvimento e Coesão (2023)

Estes objetivos traduzem a visão europeia de uma economia mais inovadora, sustentável e inclusiva: uma Europa mais inteligente, assente na investigação e na transição digital; mais verde, orientada para a sustentabilidade e ação climática; mais conectada, através de redes de transporte e mobilidade sustentável; mais social, promotora de igualdade e emprego digno; e mais próxima dos cidadãos, com foco no desenvolvimento territorial.

¹ A Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) é o sistema de classificação territorial adotado pela União Europeia para fins estatísticos e de planeamento regional. Em Portugal, as regiões NUTS II correspondem ao Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

O COMPETE 2030 representa um dos pilares centrais do Portugal 2030 no apoio ao investimento empresarial, canalizando financiamento para áreas como a inovação, a digitalização, a transição energética e a internacionalização. Este programa mobiliza uma dotação de cerca de 3.904 mil milhões de euros, sendo determinante para o reforço da competitividade e da modernização das empresas (Portugal 2030, 2023).

Por sua vez, o Pessoas 2030 constitui o principal instrumento de intervenção na área das políticas sociais e do mercado de trabalho, com uma dotação estimada em 5,7 mil milhões de euros. Financiado através do Fundo Social Europeu +, este programa visa fomentar o emprego digno, promover a formação e a requalificação profissional, bem como apoiar medidas de inclusão ativa e combate à pobreza e à exclusão social (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, 2023).

O Portugal 2030 incorpora ainda um conjunto de princípios orientadores herdados dos programas anteriores e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), centrados em três eixos:

- Orientação para resultados, com metas e marcos obrigatórios como condição para o financiamento;
- Avaliação de impacto *ex-ante* e *ex-post*, promovendo uma cultura de monitorização e aprendizagem institucional;
- Ênfase na transição digital e climática, em consonância com os objetivos da Estratégia Europa 2030 (Comissão Europeia, 2021).

Durante o estágio curricular, foi possível observar como estas linhas estratégicas se traduzem em avisos de concurso concretos, que exigem das empresas candidatas o cumprimento de critérios alinhados com as prioridades do programa, como a sustentabilidade ambiental, a integração de públicos vulneráveis (ex. desempregados de longa duração) e a inovação tecnológica e organizacional.

Esta correspondência entre a orientação política europeia e a prática empresarial confirma o papel dos fundos comunitários como instrumentos de indução de transformação organizacional e de modernização económica, indo além da mera função de financiamento.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

Desta forma, o Portugal 2030 constitui uma oportunidade para o desenvolvimento económico e social do país, ao promover simultaneamente a competitividade empresarial, a coesão territorial e a transição energética e digital. Todavia, a sua eficácia dependerá da capacidade de execução institucional, da simplificação administrativa e da absorção efetiva dos fundos por parte das empresas, especialmente as micro e pequenas, de modo a traduzir o apoio financeiro em resultados duradouros e sustentáveis.

1.3 Relação entre incentivos, inovação, economia e empregabilidade

A interligação entre políticas públicas de incentivo, inovação, crescimento económico e empregabilidade é amplamente reconhecida tanto na literatura económica como nas orientações estratégicas da União Europeia (Comissão Europeia, 2021). A inovação, entendida não apenas como o desenvolvimento tecnológico, mas também como a melhoria contínua de processos produtivos, modelos de negócio e práticas organizacionais, constitui um dos principais motores do crescimento sustentável a longo prazo (OCDE, 2020).

Contudo, a existência de falhas de mercado, como o elevado risco associado ao investimento em inovação, a escassez de financiamento e a insuficiente qualificação dos recursos humanos, continua a limitar a capacidade das empresas, sobretudo as PME, em promover autonomamente estratégias inovadoras (European Investment Bank, 2023). É neste enquadramento que os incentivos públicos assumem um papel determinante, ao reduzir o custo marginal do investimento e partilhar o risco com os promotores, funcionando como catalisadores de modernização produtiva e transformação organizacional (David, Hall & Toole, 2000).

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

A literatura empírica demonstra que o investimento público em inovação pode gerar efeitos de adicionalidade², isto é, promover investimentos privados que, sem apoio público, não ocorreriam. Segundo David et al. (2000), os subsídios públicos à I&D não substituem o investimento privado, mas induzem complementaridade, especialmente em contextos de incerteza ou restrição financeira.

Para além do impacto económico, os incentivos têm também efeitos sociais e territoriais relevantes. Quando concebidas de forma integrada, as políticas de apoio ao investimento contribuem para a criação de emprego, a qualificação profissional e a coesão regional. O Fundo Social Europeu Mais (FSE+), por exemplo, destina-se a promover o emprego digno e a inclusão social, financiando estágios, programas de requalificação e incentivos à contratação de grupos vulneráveis, como jovens NEET³, desempregados de longa duração ou pessoas com deficiência (Comissão Europeia, 2023).

Importa reconhecer, contudo, que a relação entre inovação e emprego não é linear. Projetos de forte intensidade de capital tendem a aumentar a produtividade sem criar grande volume de postos de trabalho, enquanto investimentos relacionados com a digitalização, a transição energética ou os serviços de base local tendem a gerar emprego qualificado e sustentável, sobretudo quando articulados com políticas de formação (OCDE, 2023).

Durante o estágio curricular, esta realidade foi particularmente visível. A maioria dos projetos acompanhados enquadrava-se em setores não transacionáveis, como restauração, turismo e serviços locais. Nestes contextos, os incentivos exigiam frequentemente a criação líquida de emprego e a contratação de perfis específicos (ex.: jovens ou desempregados de longa duração). Em muitos casos, estas obrigações levaram os promotores a reorganizar internamente a gestão de recursos humanos, promovendo a formalização e a valorização do emprego.

² O conceito de adicionalidade refere-se ao princípio segundo o qual os apoios públicos devem produzir efeitos que não ocorreriam na sua ausência. Em políticas de incentivo, significa que o investimento, o emprego ou a inovação apoiados devem ser efetivamente adicionais, e não apenas uma substituição de recursos privados.

³ O acrónimo NEET (Not in Employment, Education or Training) designa jovens que não se encontram empregados, nem a frequentar qualquer programa de educação ou formação.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

A inovação induzida pelos apoios públicos também se manifestou em pequenas transformações de elevado impacto, tais como:

- implementação de plataformas digitais para gestão de reservas e comunicação;
- otimização de fluxos produtivos e logísticos;
- adoção de práticas sustentáveis de gestão de resíduos e eficiência energética.

Embora muitas destas medidas não fossem percecionadas pelas empresas como “inovação” no sentido técnico, refletiam uma modernização efetiva e uma melhoria na eficiência organizacional e reputacional.

De acordo com a OCDE (2020), países que articulam políticas de inovação com políticas ativas de emprego apresentam melhores indicadores de produtividade e resiliência económica. Em Portugal, esta convergência tem sido reforçada no quadro do Portugal 2030, onde os incentivos à inovação produtiva (COMPETE 2030) se encontram cada vez mais alinhados com os programas de empregabilidade e qualificação profissional (Pessoas 2030), assegurando uma sinergia entre políticas para enfrentar os desafios estruturais do país. Por este motivo, os incentivos públicos não devem ser entendidos como instrumentos financeiros isolados, mas como motores de transformação estrutural, capazes de promover simultaneamente o crescimento económico, a inovação e a coesão social. A experiência de estágio confirmou esta visão: mesmo em contextos empresariais de pequena escala, os incentivos revelaram-se determinantes para induzir práticas inovadoras e consolidar modelos de desenvolvimento mais inclusivos e sustentáveis.

2 - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE DE ACOLHIMENTO

O presente capítulo caracteriza a entidade de acolhimento onde decorreu o estágio curricular e descreve o enquadramento prático da experiência desenvolvida.

Apresenta-se a Abilis – Consultores de Empresas, Lda., a sua estrutura organizacional e áreas de atuação, bem como o processo de integração na Gesconsulting – Serviços Especializados de Gestão, Lda.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

Seguidamente, são definidos os objetivos do estágio, o modo de integração funcional na equipa e as principais atividades realizadas, de forma a contextualizar o ambiente profissional e a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos

2.1 Apresentação da Entidade

A Abilis – Consultores de Empresas, Lda. é uma sociedade privada com sede em Coimbra, fundada em março de 1985, cuja atividade se centra na prestação de serviços de contabilidade, fiscalidade, consultoria de gestão e apoio à decisão empresarial. Desde a sua fundação, a Abilis tem acompanhado as transformações estruturais da economia portuguesa, desenvolvendo uma abordagem caracterizada pela proximidade ao cliente, pela personalização dos serviços e pela capacidade de adaptação às especificidades de cada setor de atividade.

Ao longo de quase quatro décadas de atuação, consolidou uma posição de referência no mercado regional e nacional, prestando serviços a um leque diversificado de entidades, nomeadamente micro, pequenas e médias empresas (PME) dos setores da restauração, turismo, agricultura, comércio e serviços especializados.

Paralelamente às suas funções tradicionais de contabilidade e assessoria fiscal, a Abilis expandiu a sua intervenção para áreas de consultoria estratégica, apoio à gestão financeira e estruturação de candidaturas a sistemas de incentivo cofinanciados, nomeadamente no âmbito dos programas Portugal 2020 e Portugal 2030. Esta especialização permitiu à empresa afirmar-se como um interlocutor privilegiado entre o tecido empresarial e as entidades públicas gestoras de fundos europeus, prestando um contributo relevante para a viabilização de projetos de investimento em setores com forte impacto económico e territorial.

A equipa da Abilis é composta por contabilistas certificados, consultores financeiros e especialistas em incentivos públicos, com experiência comprovada em análise económica e gestão de projetos empresariais. A organização valoriza o trabalho colaborativo e a atualização permanente das competências técnicas, em linha com as exigências legais e tecnológicas do setor.

No contexto do estágio curricular, a escolha da Abilis revelou-se particularmente pertinente, uma vez que a natureza das suas atividades, articulando contabilidade, consultoria e planeamento estratégico, permitiu um contacto direto com a realidade operacional dos sistemas de incentivos empresariais e com os processos de planeamento e gestão financeira de PME, proporcionando uma aprendizagem prática e multidimensional.

2.2 Estrutura Organizacional e Áreas de Atuação

A estrutura organizacional da Abilis – Consultores de Empresas, Lda. está assente em dois departamentos principais, complementares entre si: o Departamento de Contabilidade e o Departamento de Assessoria e Consultoria para os Negócios e para a Gestão. Esta divisão funcional reflete a estratégia da empresa de combinar a solidez técnica da contabilidade com a visão estratégica da consultoria empresarial, assegurando um serviço integrado e orientado para resultados.

A Figura 3 apresenta de forma simplificada a estrutura hierárquica da entidade, evidenciando a ligação direta entre a Direção Técnica e as duas áreas nucleares de atuação.



*Figura 3 - Estrutura Abilis
Fonte: Elaboração Própria*

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

O Departamento de Contabilidade concentra-se na prestação de serviços de contabilidade financeira, apoio fiscal e organização administrativa, garantindo o cumprimento rigoroso das obrigações legais e fiscais das empresas clientes. Para além das funções tradicionais de registo e relato financeiro, este departamento assegura a interpretação analítica dos resultados contabilísticos, fornecendo informação útil à gestão e à tomada de decisão.

O Departamento de Assessoria e Consultoria para os Negócios e para a Gestão, onde decorreu o estágio curricular, tem como principal missão o apoio estratégico e técnico às empresas, especialmente no âmbito da estruturação de projetos de investimento, da reestruturação financeira e do acesso a programas de incentivo público, como o Portugal 2020 e o Portugal 2030. Este departamento atua como um parceiro de desenvolvimento, apoiando as empresas em fases decisivas do seu ciclo de crescimento e modernização.

As principais áreas de intervenção deste departamento incluem:

- Análise de viabilidade económico-financeira, com elaboração de projeções, rácios e estudos de rentabilidade;
- Elaboração de candidaturas a sistemas de incentivos, assegurando o cumprimento dos regulamentos e a coerência estratégica das propostas;
- Desenvolvimento de planos de negócio e modelos financeiros, ajustados às necessidades e dimensões das empresas;
- Projeções financeiras e *reporting* analítico, através da construção de indicadores de desempenho;
- Apoio ao planeamento estratégico e à tomada de decisão, fornecendo informação de suporte a investimentos, reorganizações e expansão empresarial.

Esta estrutura funcional permite à Abilis manter uma abordagem multidimensional, o que se traduz numa resposta personalizada às exigências das empresas clientes.

2.3 Integração da Entidade na Gesconsulting

Em dezembro de 2023, a Abilis – Consultores de Empresas, Lda. foi adquirida pela Gesconsulting - Serviços Especializados de Gestão Lda, empresa portuguesa de referência nas áreas da contabilidade digital, fiscalidade e consultoria financeira, com forte presença no apoio a *startups* e empresas em rápido crescimento. Esta aquisição integrou-se numa estratégia de expansão territorial e de diversificação de competências da Gesconsulting, permitindo-lhe reforçar a sua presença na Região Centro e incorporar o *know-how* técnico da Abilis em domínios complementares de consultoria e gestão de incentivos públicos.



A Gesconsulting caracteriza-se por uma abordagem tecnológica e orientada para a eficiência operacional, baseada em processos automatizados, digitalização integral de dados e centralização de decisões. Em contraste, a Abilis possuía uma cultura organizacional tradicional, assente na proximidade com o cliente, flexibilidade de horários e autonomia funcional dos colaboradores.

A fusão entre estes dois modelos de gestão, um mais tecnológico e normativo, outro mais relacional e adaptativo, constituiu um processo de integração complexo e multifacetado, exigindo ajustamentos significativos nas dimensões cultural, processual e humano.

A introdução de ferramentas tecnológicas pela Gesconsulting, como o CRM corporativo, o controlo de tempo por cliente, a automatização de obrigações fiscais e a utilização de *dashboards* de desempenho por projeto, transformou os procedimentos internos da Abilis.

Estas inovações pretendiam aumentar a eficiência, a rastreabilidade e o rigor contabilístico, mas foram inicialmente perçecionadas por vários colaboradores como instrumentos de vigilância e perda de autonomia, potenciando sentimentos de resistência e insegurança organizacional.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

As implicações humanas desta transição foram significativas. De um total de catorze colaboradores presentes no escritório de Coimbra no momento da aquisição, apenas três se mantiveram após os primeiros meses de integração. O processo gerou saídas voluntárias, desmotivação e ruturas contratuais, evidenciando como a mudança organizacional não afeta apenas estruturas formais, mas também valores, rotinas e identidades profissionais. Este fenómeno é consistente com a literatura sobre reações individuais à mudança organizacional (Oreg et al., 2011), que identifica fatores como o controlo percebido, a incerteza e a resistência à perda de autonomia como determinantes na aceitação ou rejeição de processos de fusão e aquisição.

Não obstante os desafios, o contexto de transição revelou-se profundamente formativo. Para os colaboradores que permaneceram, a integração constituiu uma experiência intensiva de aprendizagem e adaptação, promovendo competências cruciais para o mercado de trabalho contemporâneo: autonomia, resiliência, capacidade de resposta em contextos de mudança rápida e resolução de problemas em ambientes de incerteza organizacional.

Este processo, embora marcado por complexidade, permitiu à organização reposicionar-se estrategicamente, adotando uma estrutura mais moderna, orientada por dados e alinhada com as exigências do setor da consultoria digital.

2.4 Objetivos e Enquadramento do Estágio

2.4.1 Objetivos do Estágio

O estágio curricular teve como principal objetivo proporcionar uma experiência de integração em contexto profissional real, permitindo a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos ao longo do percurso académico. Desenvolveu-se no domínio da consultoria empresarial e financeira, com foco na análise económico-financeira, estruturação de candidaturas a sistemas de incentivos públicos e apoio estratégico à gestão de investimentos.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

Esta experiência possibilitou a observação direta do funcionamento dos mecanismos de apoio ao investimento em Portugal, nomeadamente no âmbito dos programas Portugal 2020 e Portugal 2030, e dos desafios que as empresas enfrentam no processo de candidatura, execução e reporte de projetos cofinanciados.

Para além das tarefas de natureza técnica, o estágio constituiu uma oportunidade de aprofundamento das competências profissionais e interpessoais, destacando-se:

- a capacidade de análise crítica de informação financeira;
- o planeamento e monitorização de tarefas;
- a interpretação e aplicação de regulamentos de incentivo;
- a adaptação a diferentes perfis de promotores e sectores de atividade;
- o reforço da autonomia e do sentido de responsabilidade em ambiente organizacional exigente e dinâmico.

Em termos académicos, o estágio contribuiu para consolidar a ligação entre teoria e prática, favorecendo uma compreensão abrangente do papel das políticas públicas de incentivo no estímulo ao investimento empresarial e no desenvolvimento económico regional.

2.4.2 Integração Funcional e Adaptação à Equipa

Como referido anteriormente, a integração na Abilis – Consultores de Empresas, Lda. coincidiu com um período de reestruturação interna decorrente da aquisição pela Gesconsulting, o que implicou a redefinição da estrutura organizacional e a adoção de novos métodos de trabalho. Este contexto de mudança exigiu uma rápida adaptação às dinâmicas de gestão digital, a novas ferramentas de controlo e à reorganização das funções dentro do departamento.

A equipa inicial, composta por três elementos, foi gradualmente reduzida ao longo do estágio devido à saída de dois colaboradores, o que obrigou a uma redistribuição das tarefas e a um aumento significativo do grau de autonomia e responsabilidade individual.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

A coordenação do departamento permaneceu sob supervisão de um colaborador sénior, cuja presença física era pontual, favorecendo uma lógica de trabalho baseada na autogestão de prioridades, no cumprimento rigoroso de prazos e na responsabilização direta pelos resultados.

Esta experiência de adaptação permitiu desenvolver competências essenciais à prática profissional, nomeadamente planeamento estratégico de tarefas, comunicação eficaz à distância, resolução autónoma de problemas e gestão do tempo em ambientes de elevada pressão. A necessidade de responder a calendários de candidatura e a exigências específicas de clientes reforçou a importância da resiliência emocional, da proatividade e da aprendizagem contínua.

2.4.3 Descrição das Atividades Desenvolvidas

2.4.3.1 Projetos de Investimento

A principal atividade desenvolvida consistiu na participação técnica e operacional na estruturação de projetos de investimento empresarial, com vista à candidatura a sistemas de incentivo no âmbito do Portugal 2030. Estes projetos enquadravam-se, maioritariamente, nos eixos estratégicos da inovação produtiva, qualificação organizacional, internacionalização e valorização territorial, correspondendo às prioridades definidas nas políticas públicas de desenvolvimento regional e coesão económica e social.

A maioria das candidaturas acompanhadas foi promovida por micro e pequenas empresas da Região Centro, que operavam em setores com forte ligação territorial, como a restauração, o turismo, o enoturismo⁴ e os serviços de lazer.

⁴ O enoturismo refere-se ao conjunto de atividades turísticas, culturais e gastronómicas associadas ao vinho, sem implicar produção própria. Inclui experiências como provas comentadas, visitas temáticas, eventos enogastronómicos e outras formas de valorização sensorial e cultural do vinho.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

Estes domínios refletem tanto o perfil económico predominante do tecido empresarial regional como o alinhamento com os Programas Regionais do Portugal 2030, orientados para o reforço da competitividade e da sustentabilidade local.

A preparação técnica dos projetos envolveu um conjunto de atividades específicas, das quais se destacam:

- Análise detalhada dos regulamentos e avisos de concurso, incluindo a verificação dos critérios de elegibilidade, mérito e enquadramento temático;
- Enquadramento estratégico do investimento face aos objetivos da política de coesão e às prioridades dos programas operacionais regionais;
- Identificação e definição das componentes elegíveis, designadamente em investimento produtivo, capital humano, transição energética e digitalização;
- Organização e validação da documentação técnica e financeira, incluindo orçamentos, cronogramas, mapas de financiamento, demonstrações contabilísticas e declarações de conformidade;
- Apoio técnico na submissão das candidaturas nas plataformas, garantindo a conformidade formal, documental e temporal dos processos.

Esta atividade revelou-se particularmente exigente, tanto pela complexidade técnica dos processos como pela necessidade de coordenação entre múltiplos intervenientes, promotores, fornecedores e entidades gestoras. A experiência permitiu adquirir um entendimento prático dos mecanismos de apoio ao investimento, reforçando a capacidade de planeamento, de interpretação regulamentar e de aplicação de metodologias de avaliação económica e financeira em contexto real.

2.4.3.2 Avaliação de Viabilidade Financeira

Em paralelo com a estruturação das candidaturas, foi conduzida a avaliação de viabilidade económico-financeira dos projetos de investimento, essencial para demonstrar a sustentabilidade, rentabilidade e coerência financeira das iniciativas submetidas.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

Esta análise permitiu validar a exequibilidade dos projetos à luz dos critérios de elegibilidade e de mérito económico definidos pelos programas de incentivo.

As principais tarefas desenvolvidas neste âmbito incluíram:

- Elaboração de projeções financeiras plurianuais (três a cinco anos), integrando demonstrações de resultados previsionais, fluxos de caixa operacionais e balanços prospetivos;
- Cálculo e interpretação de indicadores económico-financeiros, tais como o Valor Atual Líquido (VAL), a Taxa Interna de Rentabilidade (TIR), o Período de Recuperação do Investimento (Payback) e o Índice de Rentabilidade (IR), ajustados ao perfil e maturidade de cada projeto;
- Formulação de pressupostos realistas, baseados no histórico económico-financeiro das empresas, na análise setorial e nas projeções de crescimento apresentadas;
- Validação da coerência entre investimento, custos operacionais e proveitos previstos, assegurando consistência nos rácios de rentabilidade, liquidez e autonomia financeira;
- Realização de análises de sensibilidade, simulando cenários conservadores, moderados e otimistas, com o objetivo de antecipar riscos de execução e variações de mercado.

Esta etapa revelou-se determinante para a qualificação técnica das candidaturas, uma vez que a demonstração de viabilidade económica constitui um dos fatores de ponderação nos critérios de avaliação do Portugal 2030.

Do ponto de vista pessoal, esta experiência permitiu o aperfeiçoamento de competências analíticas na construção e interpretação de modelos financeiros, no uso avançado de ferramentas de cálculo e na adaptação de demonstrações contabilísticas às exigências dos programas de incentivo.

2.4.3.3 Elaboração de Candidaturas

A elaboração de candidaturas a sistemas de incentivo público constituiu uma das atividades centrais do estágio, integrando todas as fases de apoio técnico às empresas na captação e gestão de financiamento comunitário.

Este processo exigiu o domínio das normas regulamentares e dos critérios de elegibilidade definidos nos programas operacionais do Portugal 2030, assim como a capacidade de traduzir estratégias empresariais em propostas tecnicamente consistentes e alinhadas com os objetivos das políticas públicas.

As principais etapas deste processo incluíram:

- Sistematização e validação da informação técnica e financeira do projeto, assegurando a coerência entre investimento, plano de atividades e resultados esperados;
- Enquadramento estratégico da candidatura, articulando os objetivos da empresa com os eixos prioritários e critérios de mérito dos avisos de concurso;
- Descrição das dimensões transversais obrigatórias, como inovação, sustentabilidade ambiental, digitalização, igualdade de género e criação líquida de emprego, de acordo com as diretrizes do Portugal 2030 e do Regulamento (UE) 2021/1060;
- Preenchimento e submissão das candidaturas, assegurando a conformidade formal e documental e o cumprimento integral dos prazos;
- Apoio na redação dos relatórios complementares e declarações de compromisso, quando aplicável, garantindo a clareza e rigor técnico das informações prestadas.

A elaboração das candidaturas revelou-se uma atividade exigente, que combinou competências técnicas e comunicacionais. Para além do domínio das regulamentações, foi necessária uma capacidade de síntese e escrita técnica, assegurando clareza, objetividade e consistência argumentativa.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

Esta experiência permitiu consolidar competências cruciais de interpretação regulatória, tradução técnica de ideias empresariais em linguagem de projeto e gestão documental para processos de avaliação externa, reforçando a capacidade de adaptação a diferentes perfis de promotores e exigências programáticas.

2.4.3.4 Office Reporting

Em articulação com as restantes atividades, foi desenvolvido trabalho de reporte económico-financeiro, com base em dados contabilísticos extraídos do sistema CentralGest, plataforma utilizada pela entidade.

O objetivo principal deste processo consistia em fornecer uma visão analítica e sintética da situação financeira das empresas, permitindo avaliar a sua capacidade de investimento, liquidez e sustentabilidade.

Os relatórios elaborados contemplavam a análise de indicadores-chave de desempenho financeiro (KPIs), entre os quais se destacam:

- Rendibilidade, através de métricas como margem líquida e rentabilidade dos capitais próprios (ROE);
- Liquidez corrente e imediata, como medida da capacidade de cumprimento de obrigações de curto prazo;
- Autonomia financeira e grau de alavancagem, avaliando a dependência de capitais alheios;
- Evolução da atividade económica, mediante a comparação interanual de resultados, custos e margens.

A elaboração destes relatórios revelou-se útil em três dimensões essenciais:

- Apoio à decisão interna dos promotores, ao fornecer informação fiável para planeamento estratégico, orçamentação e controlo de gestão;
- Validação dos critérios de elegibilidade aos sistemas de incentivo, incluindo a verificação da situação financeira equilibrada, inexistência de dívidas fiscais ou contributivas e cumprimento dos rácios exigidos;

- Cumprimento de obrigações formais exigidas nos programas de apoio (ex.: anexos financeiros para candidaturas ou pedidos de reembolso).

Esta vertente contribuiu para o reforço das competências de análise financeira, permitindo consolidar conhecimentos na interpretação de demonstrações financeiras, na avaliação de rácios de desempenho económico e na produção de informação relevante e orientada para a tomada de decisão.

2.4.3.5 Consultoria e Modelos Financeiros

No âmbito da atividade de consultoria empresarial, foi prestado apoio técnico à construção, parametrização e adaptação de modelos financeiros, com o objetivo de avaliar a viabilidade económica e apoiar a tomada de decisão estratégica dos promotores. Estes modelos permitiram a simulação de cenários alternativos, a análise de sensibilidade a variáveis críticas (como volume de negócios, custos operacionais, taxas de juro e estrutura de capitais) e a determinação de indicadores de risco e retorno.

A sua utilidade refletiu-se na capacidade de:

- Antecipar a evolução económico-financeira dos projetos, através de projeções de resultados e fluxos de caixa;
- Identificar pontos de equilíbrio e margens de segurança operacional, essenciais para a definição de estratégias de mitigação de risco;
- Apoiar decisões de investimento e financiamento;
- Sustentar a argumentação técnica junto das entidades gestoras, reforçando a credibilidade das candidaturas e dos pedidos de financiamento.

A experiência prática contribuiu para o aperfeiçoamento de competências técnicas, nomeadamente no uso de ferramentas de análise financeira em Excel, na construção de *dashboards* interativos de controlo de gestão e na aplicação de metodologias quantitativas de apoio à decisão estratégica.

2.4.3.6 Estudos de Políticas e Planos de Negócio

Foi desenvolvida uma componente de trabalho de natureza estratégica e analítica, centrada no estudo das políticas públicas de incentivo ao investimento, com destaque para os programas Portugal 2020 e Portugal 2030, bem como para os diferentes sistemas de apoio às empresas no âmbito da Política de Coesão da UE. Esta vertente teve como principal objetivo consolidar uma base conceptual que sustentasse a componente teórica do relatório, permitindo relacionar as observações recolhidas durante o estágio com os referenciais normativos e científicos que enquadram o tema.

A investigação envolveu a análise crítica de regulamentos, designadamente o Regulamento (UE) 2021/1060, das Estratégias de Especialização Inteligente (RIS3), dos relatórios da Comissão Europeia e do Tribunal de Contas Europeu (2021), bem como de estudos académicos recentes, como Mesquita, Pereira dos Santos e Tavares (2025) e Muraközy e Telegdy (2023), que avaliam empiricamente o impacto dos fundos estruturais no desempenho empresarial e na criação de emprego.

Paralelamente, foi prestado apoio direto à elaboração de planos de negócio, nomeadamente em projetos de arranque e expansão empresarial. Cada plano integrava a definição da estratégia organizacional, a análise SWOT, o planeamento operacional e a projeção económico-financeira a médio prazo, construídos a partir de pressupostos alinhados com os critérios de viabilidade exigidos pelos programas de apoio.

Para além do contributo técnico, esta atividade permitiu compreender o modo como os sistemas de incentivo são operacionalizados na prática e como se interligam com os objetivos mais amplos de desenvolvimento económico e territorial.

3 - ANÁLISE TEMÁTICA: O IMPACTO DAS POLÍTICAS DE INCENTIVO NA ECONOMIA E EMPREGABILIDADE NACIONAL

O presente capítulo analisa o impacto das políticas públicas de incentivo na economia e na empregabilidade em Portugal.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

Procura-se compreender de que forma estes instrumentos influenciam o investimento, o crescimento empresarial, a criação de emprego e o desenvolvimento regional, relacionando a evidência teórica com os resultados observados durante o estágio.

Ao longo dos subcapítulos, são apresentados os principais efeitos económicos e sociais dos incentivos, os desafios na sua aplicação e o contributo das reformas estruturais apoiadas pelos fundos europeus.

3.1 Enquadramento das Políticas de Incentivo em Portugal

As políticas públicas de incentivo assumem, há mais de três décadas, um papel estruturante na estratégia de desenvolvimento económico de Portugal. Desde a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, o país tem mobilizado fundos estruturais europeus com três finalidades centrais: convergência real com os restantes Estados-Membros, reforço da coesão económica e social e dinamização do investimento produtivo. A operacionalização seguiu uma sequência institucional bem definida, o QCA I–III, QREN (2007–2013), Portugal 2020 (2014–2020) e, atualmente, Portugal 2030 (2021–2027), refletindo a evolução das prioridades europeias e nacionais.

No período em curso, o Portugal 2030 alinha-se com os cinco objetivos da Política de Coesão 2021–2027:

- i. Europa mais inteligente (inovação, digitalização, competitividade das PME);
- ii. mais verde (transição energética e sustentabilidade);
- iii. mais conectada (mobilidade e redes digitais);
- iv. mais social e inclusiva (emprego, competências, inclusão);
- v. mais próxima dos cidadãos (desenvolvimento territorial de proximidade).

Esta matriz estratégica reforça a articulação entre investimento material, qualificação organizacional e capital humano, e introduz metas transversais ligadas à dupla transição digital e climática.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

O financiamento é assegurado por cinco fundos:

- i. FEDER (competitividade, inovação e infraestruturas);
- ii. FSE+ (empregabilidade, inclusão e qualificação);
- iii. Fundo de Coesão (ambiente e redes de transporte);
- iv. FEAMPA (economia azul);
- v. FTJ (transição justa em territórios dependentes de combustíveis fósseis).

Em Portugal, a execução concretiza-se através de programas temáticos e regionais; entre os primeiros, destacam-se o COMPETE 2030 (competitividade e internacionalização) e o Pessoas 2030 (mobilização do FSE+ para emprego digno, competências e inclusão). Em conjunto, estes programas representam uma parcela maioritária da dotação do Portugal 2030, estimada em cerca de 23 mil milhões de euros.

A centralidade destas políticas torna-se ainda mais evidente à luz da estrutura empresarial portuguesa, onde o tecido é composto quase integralmente por PME, cerca de 99,9% do total, responsáveis por uma fração muito significativa do emprego e do volume de negócios nacional. Este perfil expõe restrições de financiamento, assimetria de informação e limitações de absorção tecnológica que justificam a intervenção pública sob a forma de incentivos, majorações territoriais e instrumentos de assistência técnica.

A literatura empírica recente sustém a relevância destes instrumentos, mas salienta limitações e diferentes graus de eficácia. Em Portugal, Mesquita, Pereira dos Santos e Tavares (2025) analisam uma avaliação empírica baseada em diferenças de elegibilidade regional e mostram que o aumento de acesso a fundos europeus se associa a ganhos médios de vendas e produtividade do trabalho nas empresas beneficiárias, com efeitos salariais ligeiros e impacto não significativo no emprego.

Os autores sublinham ainda que os impactos se concentram em setores não transacionáveis⁵ e são mais visíveis em PME e em regiões de menor densidade, o que reforça o papel dos incentivos na coesão territorial.

⁵ Entendem-se por setores não transacionáveis aqueles cujos bens ou serviços são produzidos e consumidos essencialmente no mercado interno, sem exposição direta à concorrência internacional, como os setores da construção, comércio local, restauração e turismo.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

Do ponto de vista institucional, o Tribunal de Contas Europeu (2021), ao auditar o FSE (2014–2020), conclui que os apoios melhoraram a empregabilidade e a reintegração de públicos vulneráveis, mas identifica fragilidades na focalização, risco de “efeito de nata”⁶ e défices de monitorização por resultados.

Em perspetiva macro, o FMI (2024) sustém que os fundos produzem efeitos mais duradouros quando articulados com reformas institucionais, como a eficiência administrativa, melhoria de governação, qualificação do capital humano e promoção da inovação.

3.2 Efeitos Económicos das Políticas de Incentivo

A avaliação do impacto económico das políticas públicas de incentivo financiadas por fundos europeus tem vindo a ganhar importância crescente, à medida que se procura compreender até que ponto estes apoios produzem efeitos sustentáveis sobre o desempenho das empresas beneficiárias e sobre a economia nacional. Os incentivos ao investimento têm como principais objetivos o aumento da capacidade produtiva, a modernização tecnológica e organizacional, a adoção de práticas inovadoras e a melhoria da competitividade nos mercados interno e externo.

No contexto português, o estudo de Mesquita, Pereira dos Santos e Tavares (2025) constitui uma das análises empíricas mais robustas sobre este tema. Os autores aproveitam uma alteração administrativa nas fronteiras regionais, que modificou quais zonas eram elegíveis para receber fundos europeus. Essa mudança permitiu-lhes comparar empresas semelhantes que passaram a ter, ou deixaram de ter, acesso aos incentivos, isolando assim o seu efeito causal sobre o desempenho das empresas. A amostra inclui empresas privadas localizadas em 33 municípios portugueses entre 2003 e 2010, período em que se verificou um aumento expressivo do acesso a subsídios da UE

⁶ O “efeito de nata” refere-se à tendência de selecionar beneficiários com maiores probabilidades de sucesso, de modo a maximizar resultados imediatos. Esta prática reduz o impacto social efetivo das políticas públicas, pois exclui grupos com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

.

Utilizando uma metodologia econométrica baseada no modelo de diferenças-em-diferenças⁷ (*difference-in-differences*), o estudo demonstra que as empresas beneficiárias registaram, em média, um aumento de 7,4 % no volume de negócios e uma melhoria significativa da produtividade do trabalho, em comparação com empresas não apoiadas.

Contudo, não se verificaram efeitos estatisticamente significativos sobre o emprego, o que sugere que os incentivos atuam principalmente através do reforço do investimento e da produtividade das empresas, em vez de promoverem um aumento direto da força de trabalho.

Os efeitos foram particularmente expressivos nas pequenas e médias empresas, que evidenciaram maior sensibilidade à disponibilidade de financiamento público e maior elasticidade do investimento face ao apoio recebido. Esta constatação é coerente com a realidade empresarial portuguesa, composta maioritariamente por micro e PME com restrições de acesso ao crédito e menor capacidade de acompanhar a inovação tecnológica. Para além dos efeitos diretos, os autores identificaram impactos indiretos relevantes, como a profissionalização da gestão, a maior formalização das práticas contabilísticas e financeiras e a melhoria da capacidade de planeamento estratégico.

Estes resultados sugerem que os incentivos públicos não se limitam a transferências financeiras, mas contribuem também para fortalecer a maturidade organizacional das empresas e induzir ganhos de eficiência e de gestão a médio prazo.

A evidência internacional corrobora esta leitura. O estudo de Muraközy e Telegdy (2023), centrado na Hungria, apurou que as empresas apoiadas registaram aumentos de 17 % nas vendas, 13 % no emprego e 28 % no valor dos ativos, sem impacto significativo na produtividade total. Tal como em Portugal, os incentivos parecem promover sobretudo a expansão quantitativa, mais do que uma transformação qualitativa profunda.

⁷ O modelo de diferenças-em-diferenças é uma metodologia econométrica que permite estimar o impacto causal de uma política pública, comparando a variação de resultados entre um grupo de empresas que recebeu o apoio e outro grupo semelhante que não o recebeu. Este método ajuda a isolar o efeito específico da intervenção, eliminando influências externas comuns a ambos os grupos.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

Este paralelismo evidencia que a eficácia marginal dos incentivos depende da capacidade de os associar a estratégias empresariais transformadoras e a mecanismos de acompanhamento que assegurem adicionalidade real.

Durante o estágio curricular na Abilis – Consultores de Empresa, Lda., foi possível confirmar empiricamente várias destas conclusões. Em setores como o turismo, a restauração e os serviços locais, o financiamento público mostrou-se determinante para a viabilização dos investimentos e para a criação de emprego direto e indireto. Em contrapartida, em projetos de menor maturidade estratégica, o apoio funcionava mais como complemento financeiro do que como fator de transformação estrutural, ilustrando o risco de dependência de financiamento público identificado na literatura.

A evidência empírica e a observação prática sugerem que as políticas de incentivo público exercem um impacto positivo mensurável sobre o desempenho económico das empresas, desde que enquadradas em estratégias empresariais coerentes e acompanhadas de mecanismos rigorosos de execução e monitorização. O seu impacto é maximizado quando os apoios se destinam a empresas com capacidade de crescimento e inovação, assegurando a sustentabilidade económica e social dos recursos investidos.

3.3 Impacto na Empregabilidade Nacional

A promoção do emprego constitui uma das finalidades mais expressivas dos sistemas de incentivo financiados por fundos europeus. Para além de apoiarem a competitividade das empresas e a modernização do tecido económico, estas políticas públicas procuram igualmente reforçar a coesão social, facilitar a integração de grupos vulneráveis e contribuir para a redução do desemprego. A avaliação do seu impacto sobre a empregabilidade tem sido objeto de crescente atenção por parte da literatura económica e das instituições europeias. Contudo, os resultados empíricos revelam-se heterogéneos, dependendo de fatores como o setor de atividade, a dimensão da empresa, a maturidade organizacional e os critérios de elegibilidade definidos em cada programa.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

O estudo de Muraközy e Telegdy (2023), centrado em empresas da Hungria, oferece uma perspetiva representativa dos efeitos dos subsídios à inovação e ao investimento sobre o mercado de trabalho. Os autores concluem que as empresas beneficiárias registaram aumentos médios de 13 % no emprego e melhor estabilidade contratual, especialmente em pequenas e médias empresas localizadas em regiões menos desenvolvidas. Estes efeitos resultam da expansão da atividade induzida pelo apoio financeiro, funcionando os incentivos como alavanca para o crescimento empresarial e para a criação de postos de trabalho qualificados.

Durante o estágio, foi possível observar empiricamente a aplicação concreta destes princípios. A maioria das candidaturas acompanhadas previa a criação líquida de postos de trabalho como requisito obrigatório de acesso ao financiamento.

Esta exigência, longe de ser meramente formal, levou muitas empresas promotoras, sobretudo nos setores do turismo, da restauração e dos serviços locais, a rever as suas estratégias de recursos humanos, planificando a contratação de novos colaboradores, incluindo perfis com menor empregabilidade. Num caso específico, uma empresa de restauração contratou dois trabalhadores em situação de desemprego prolongado, investindo na sua formação interna e integrando-os de forma permanente, o que resultou em ganhos de eficiência operacional e de imagem institucional.

Apesar destes resultados positivos, persistem limitações estruturais na forma como os incentivos abordam a dimensão social do emprego. O Relatório Especial n.º 25/2021 do Tribunal de Contas Europeu (2021) destaca que, durante o período 2014–2020, o Fundo Social Europeu (FSE) apoiou cerca de 1,6 milhões de desempregados de longa duração (DLD) na UE, mas salienta fragilidades na definição e orientação das medidas, nomeadamente em Portugal.

A Figura 4 apresenta a distribuição dos DLD apoiados nos diferentes Estados-Membros, evidenciando as variações percentuais entre o peso dos DLD no total de beneficiários e a sua proporção no desemprego global. Esta comparação permite avaliar a capacidade de cada país em direcionar os apoios para os públicos-alvo com maiores dificuldades de reintegração profissional.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

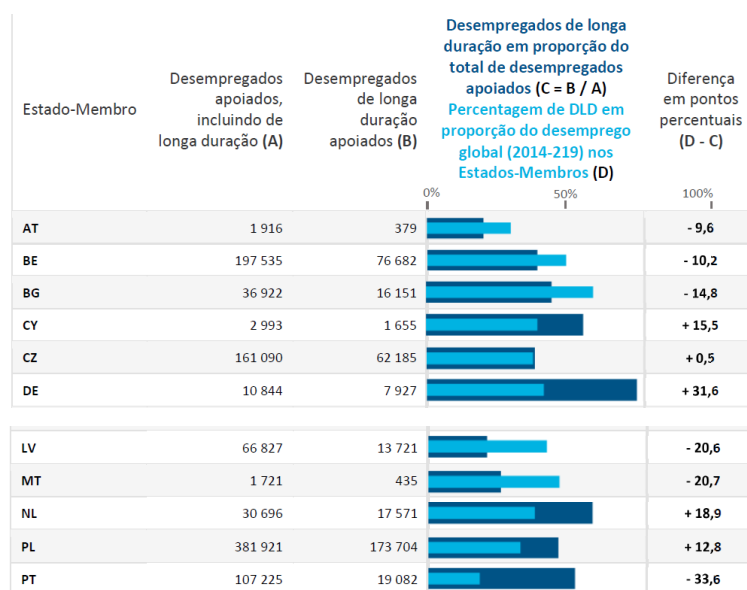


Figura 4 - Número de participações na prioridade de investimento 8i
Fonte: Tribunal de Contas Europeu (2021)

O Tribunal de Contas conclui que apenas um terço dos programas nacionais previa estratégias específicas para os DLD, resultando numa sub-representação de 33,6 pontos percentuais deste grupo entre os beneficiários em Portugal. Além disso, foram identificadas falhas na articulação entre os serviços públicos de emprego e os promotores de projetos, limitando a eficácia das políticas de reintegração.

O Fundo Monetário Internacional (2024) corrobora esta crítica, sublinhando que o impacto dos fundos estruturais sobre o mercado de trabalho é mais duradouro quando acompanhado por reformas institucionais e políticas ativas de emprego. O FMI defende que o simples apoio financeiro, quando não articulado com medidas de valorização salarial, estabilidade contratual e qualificação contínua, tende a gerar resultados temporários e pouco sustentáveis.

A evidência para o caso português, analisada por Mesquita, Pereira dos Santos e Tavares (2025), indica que as empresas beneficiárias de incentivos apresentam coeficientes positivos, mas não estatisticamente significativos, no que respeita à variação do emprego. Esta ausência de significância sugere que, embora as empresas apoiadas possam reforçar as suas equipas, os efeitos globais sobre o emprego agregado permanecem modestos.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

Assim, a criação de emprego parece ocorrer de forma pontual e concentrada em empresas com maior capacidade de execução, mais do que como um efeito transversal da política de incentivos.

Importa, contudo, analisar o emprego gerado em termos qualitativos, e não apenas quantitativos. A duração dos contratos, o acesso à formação contínua e as oportunidades de progressão profissional são elementos fundamentais para avaliar a eficácia das políticas públicas do ponto de vista social. Os dados observados no estágio revelaram que as exigências contratuais dos programas contribuíram para fomentar o emprego formal e a integração de perfis vulneráveis, embora em escala reduzida e com dependência significativa da iniciativa dos promotores.

Assim, os incentivos públicos exercem um impacto positivo, ainda que limitado, sobre a empregabilidade nacional. O seu sucesso depende da capacidade de integração com políticas ativas de emprego, da focalização em públicos com maior vulnerabilidade e da eficiência institucional na monitorização e avaliação dos resultados. Apenas através dessa articulação será possível assegurar que o investimento público gera emprego de qualidade, sustentável e alinhado com os objetivos de coesão social da União Europeia.

3.4 Ligação entre Incentivos, Inovação e Desenvolvimento Regional

Um dos pilares estratégicos das políticas públicas de incentivo à atividade empresarial, tanto em Portugal, como na Europa, reside na promoção da inovação como motor do desenvolvimento económico e da coesão territorial. A inovação, entendida num sentido amplo, tecnológico, organizacional, ambiental e social, constitui simultaneamente um fator de competitividade e um instrumento de redução de assimetrias regionais, contribuindo para diversificar as bases produtivas dos territórios de menor densidade económica.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

Nos quadros comunitários mais recentes, nomeadamente o Portugal 2020 e o Portugal 2030, esta articulação entre inovação e desenvolvimento regional é operacionalizada através de instrumentos como os Sistemas de Incentivos à Inovação Produtiva, à Internacionalização e à Qualificação das PME. Estes mecanismos privilegiam projetos localizados em zonas de convergência, designadamente o Norte, o Centro e o Alentejo, onde os efeitos multiplicadores dos fundos europeus tendem a ser mais expressivos.

O estudo de Mesquita, Pereira dos Santos e Tavares (2025) confirma que os efeitos dos incentivos são mais significativos em empresas localizadas em regiões menos desenvolvidas, onde o apoio público potencia o crescimento empresarial e a melhoria dos processos de gestão. As empresas beneficiárias nestes territórios registaram ganhos superiores de produtividade e investimento face às localizadas em áreas mais competitivas, o que evidencia o contributo dos incentivos para a coesão territorial e o reforço da base produtiva regional.

Ao longo do estágio, esta relação foi observada de forma concreta. Vários projetos acompanhados no âmbito do Portugal 2030 incorporavam componentes de inovação associadas a estratégias de valorização regional, sendo frequente a valorização de recursos endógenos e a integração de práticas de sustentabilidade. Um caso ilustrativo foi o de uma empresa do setor vínico situada numa zona de baixa densidade populacional, cuja candidatura visava a modernização das infraestruturas, a criação de uma sala de provas enoturísticas e a expansão para mercados internacionais. O projeto combinava investimento físico com uma forte componente de marketing e qualificação profissional, alinhando-se com as prioridades de inovação e de promoção da economia local.

De igual modo, os avisos de concurso analisados previam majorações de pontuação para projetos com elementos de digitalização de processos, práticas de economia circular, adoção de tecnologias inteligentes ou localização em territórios de baixa densidade, incentivando a ligação entre inovação e desenvolvimento equilibrado. Esta lógica de discriminação positiva reforça a vertente redistributiva dos fundos e a coerência territorial das políticas públicas.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

A investigação de Muraközy e Telegdy (2023) reforça esta perspetiva, demonstrando que os incentivos são mais eficazes quando promovem inovação endógena, isto é, quando estimulam mudanças estruturais internas nas empresas, como investimento em investigação e desenvolvimento (I&D), adoção de práticas organizacionais modernas e diversificação de produtos e serviços. Contudo, os autores também evidenciam que, em muitos casos, os efeitos traduzem-se num aumento de escala (emprego e vendas), sem ganhos significativos na produtividade total dos fatores (TFP), o que indica que as políticas públicas ainda enfrentam desafios na transição de uma lógica quantitativa para uma lógica qualitativa de inovação.

O Fundo Monetário Internacional (2024) complementa esta análise ao afirmar que a política de coesão deve ser concebida como uma estratégia de desenvolvimento inteligente, adaptada às especificidades regionais. Essa abordagem implica valorizar os recursos locais, diversificar a base económica e criar emprego qualificado em setores com potencial de crescimento, mesmo em regiões menos competitivas.

O FMI sublinha ainda que os programas de incentivo devem ser acompanhados de reformas administrativas e políticas de qualificação, de modo a maximizar o impacto da inovação no desenvolvimento regional.

Apesar dos avanços alcançados, o Tribunal de Contas Europeu (2021) alerta para os riscos de uma abordagem excessivamente centrada na execução orçamental, em detrimento da avaliação dos resultados efetivos. O relatório recomenda uma melhor integração entre os programas operacionais, as Estratégias Regionais de Especialização Inteligente (RIS3) e os sistemas de monitorização de impacto, de forma a assegurar que a inovação apoiada se traduz em benefícios económicos e sociais tangíveis.

Em termos práticos, os projetos acompanhados confirmaram que a ligação entre inovação e território não constitui apenas uma orientação estratégica, mas uma exigência operacional. As candidaturas analisadas exigiam frequentemente a demonstração de contributos concretos para o desenvolvimento local, seja através da criação de emprego, da valorização de recursos endógenos ou da introdução de práticas diferenciadoras e sustentáveis.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

A interação entre incentivos públicos, inovação e desenvolvimento regional revela-se, assim, determinante para promover um crescimento económico mais equilibrado e sustentável. A evidência empírica e a experiência prática convergem na conclusão de que os apoios são mais eficazes quando integrados em estratégias territoriais coerentes, capazes de fomentar inovação real, transformação estrutural e criação de valor acrescentado.

3.5 Evidências Práticas Observadas Durante o Estágio

A realização do estágio curricular na Abilis – Consultores de Empresa, Lda. proporcionou um contacto direto com a operacionalização das políticas públicas de incentivo, nomeadamente no contexto do Portugal 2030. Desenvolvido num período marcado por uma fase de transição interna da organização e por uma relação próxima com micro e pequenas empresas da região Centro, o estágio permitiu observar como os apoios públicos influenciam as decisões empresariais, os processos de inovação e a criação de emprego.

A maioria das candidaturas acompanhadas dizia respeito a setores com forte enraizamento territorial e elevada exposição à conjuntura económica, como a restauração, o turismo de base local, o enoturismo e o comércio tradicional. Nesses contextos, os incentivos funcionavam, na prática, como instrumentos críticos de viabilização de investimentos que, de outro modo, dificilmente seriam concretizados.

Em diversos casos, a aprovação do apoio revelou-se determinante para a realização de projetos de expansão, modernização e diversificação da atividade, confirmando a importância dos fundos públicos como alavanca de investimento.

Um dos exemplos mais elucidativos observados durante o estágio envolveu um pequeno grupo empresarial com atividades combinadas de restauração e comércio alimentar, localizado numa zona periurbana da região Centro. A candidatura, inserida no Sistema de Incentivos à Base Territorial, previa não apenas a modernização dos espaços físicos, mas também a adoção de práticas sustentáveis alinhadas com os princípios da economia circular, incluindo a redução do desperdício alimentar e a doação de excedentes a instituições sociais.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

Tais práticas, valorizadas nos critérios de avaliação dos programas, foram efetivamente implementadas, demonstrando o potencial transformador dos incentivos quando bem orientados.

A inovação revelou-se um elemento transversal, mesmo em setores menos tecnologicamente intensivos. Projetos no setor vínico, por exemplo, incluíam investimentos em capacidade produtiva, mas também na digitalização de serviços, na rastreabilidade dos produtos e na qualificação da experiência enoturística. A exigência de introduzir elementos inovadores, frequentemente inscrita como critério de avaliação ou condição de elegibilidade, estimulou os promotores a repensar processos e a adotar práticas de gestão mais estruturadas e eficientes, gerando ganhos de diferenciação competitiva.

Em matéria de empregabilidade, a criação líquida de postos de trabalho, frequentemente dirigida a grupos vulneráveis (desempregados de longa duração, jovens à procura do primeiro emprego ou pessoas com deficiência), condicionava a estruturação dos projetos e influenciava a gestão dos recursos humanos.

Contudo, os efeitos positivos não foram universais. Identificaram-se situações em que os incentivos foram utilizados de forma estritamente instrumental: após cumprida a obrigatoriedade de manutenção do investimento ou dos postos de trabalho, verificou-se o encerramento da atividade ou a redução substancial da operação. Casos deste tipo evidenciam a necessidade de reforçar os mecanismos de acompanhamento e avaliação *ex post*, garantindo que os projetos apoiados mantêm adicionalidade real e contribuem efetivamente para o desenvolvimento sustentável.

Outro constrangimento observado foi a complexidade processual e administrativa das candidaturas. A interpretação dos regulamentos, o preenchimento das plataformas eletrónicas e o cumprimento dos requisitos documentais revelaram-se, para muitas microempresas, tarefas excessivamente exigentes, dada a escassez de recursos humanos e técnicos. Esta assimetria de competências gera dependência dos consultores e limita a apropriação plena dos instrumentos de política pública pelos próprios promotores.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

De forma geral, os reflexos observados durante o estágio confirmam os resultados identificados na literatura: os incentivos aumentam o investimento, fomentam a modernização organizacional e a inovação e, em certos casos, contribuem para criar emprego e inclusão social, sobretudo em regiões periféricas e em empresas de pequena dimensão. Todavia, persistem fragilidades na execução, sustentabilidade e capacidade técnica dos promotores, reforçando a necessidade de uma abordagem mais integrada, que combine apoios financeiros com medidas de capacitação, simplificação administrativa e avaliação sistemática de resultados.

3.6 Desafios na Operacionalização dos Incentivos

A eficácia das políticas públicas de incentivo ao investimento não depende apenas da sua formulação estratégica ou do montante de financiamento disponível. O modo como os apoios são implementados, desde o desenho dos avisos de concurso até à execução, monitorização e avaliação, constitui um fator determinante para os resultados alcançados.

A experiência prática adquirida, permitiu identificar diversos constrangimentos na operacionalização dos sistemas de incentivo, confirmando muitas das limitações assinaladas pela literatura académica e por organismos internacionais.

Um dos desafios mais evidentes diz respeito à complexidade administrativa e regulamentar dos processos de candidatura. Os regulamentos aplicáveis são frequentemente extensos, tecnicamente densos e, por vezes, ambíguos na sua interpretação, dificultando a compreensão por parte das empresas. Esta complexidade gera uma dependência quase inevitável de intermediários especializados, como consultores, e alimenta a perceção de que o acesso aos fundos requer competências técnicas que ultrapassam a capacidade interna da maioria das empresas.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

O Tribunal de Contas Europeu (2021) corrobora esta constatação, salientando que a falta de clareza e simplicidade dos mecanismos de apoio constitui um obstáculo à sua eficácia, sobretudo para os agentes económicos de menor dimensão e para os grupos mais vulneráveis. Sem uma simplificação dos procedimentos e uma comunicação mais acessível, existe o risco de que os incentivos sejam captados de forma desproporcional por empresas já estruturadas, acentuando as desigualdades no acesso ao financiamento.

Outro constrangimento recorrente refere-se à rigidez dos critérios de avaliação, em especial no que toca à aplicação transversal da componente “inovação”. Apesar de a promoção da inovação ser um objetivo legítimo e necessário, a sua exigência uniforme, mesmo em projetos cuja natureza ou escala não comporta transformações tecnológicas significativas, tende a gerar respostas artificiais. Durante o estágio, observaram-se candidaturas que tentavam qualificar ações básicas, como a criação de um *website* ou a digitalização de tarefas administrativas, como medidas “inovadoras”, apenas para cumprir os requisitos mínimos de pontuação.

O Fundo Monetário Internacional (2024) adverte precisamente para este risco, defendendo que os critérios de atribuição de incentivos devem ser adaptados às especificidades setoriais e regionais, evitando modelos padronizados de candidatura que não correspondem às reais necessidades dos promotores.

A morosidade dos processos de decisão e comunicação por parte das entidades gestoras constitui outro desafio central. Foram registadas situações em que a análise de candidaturas e as respostas a pedidos de esclarecimento ultrapassaram os prazos regulamentares, gerando incerteza e atrasos nos investimentos planeados. Esta imprevisibilidade é particularmente problemática para pequenas empresas, cuja capacidade de absorver riscos financeiros é limitada. O Tribunal de Contas Europeu (2021) identifica a escassez de recursos humanos nas autoridades de gestão e a ausência de mecanismos céleres de acompanhamento como fatores que comprometem a execução eficiente dos fundos.

Outro aspeto crítico prende-se com a fragilidade dos mecanismos de monitorização e avaliação pós-aprovação.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

Apesar da exigência formal de cumprimento de metas e indicadores, verificou-se uma ausência de acompanhamento sistemático dos resultados a médio e longo prazo. Na maioria dos casos, a avaliação baseia-se em indicadores de execução física e financeira, descurando o impacto real dos projetos sobre o desempenho empresarial, a qualidade do emprego ou a transformação estrutural das atividades apoiadas. Este défice de avaliação contrasta com o que é previsto para o período 2021–2027, em que o enquadramento europeu exige sistemas de monitorização baseados em resultados concretos. O FMI (2024) reforça esta posição, defendendo a integração dos incentivos num quadro mais amplo de políticas públicas sustentadas em evidência, com recolha sistemática de dados fiáveis e indicadores de impacto económico e social.

Por fim, foi possível constatar uma desadequação entre os objetivos das políticas públicas e a prática empresarial efetiva. Em alguns projetos acompanhados durante o estágio, verificou-se que, após o período contratualmente obrigatório de manutenção da atividade ou dos postos de trabalho, as empresas encerraram operações ou reduziram significativamente a escala de negócio.

Este comportamento revela que, em certos casos, o incentivo foi tratado como instrumento de financiamento pontual, sem ligação a uma estratégia empresarial de médio ou longo prazo, confirmando o risco de efeito substitutivo identificado na literatura.

Em síntese, os desafios identificados na operacionalização dos sistemas de incentivo evidenciam uma tensão persistente entre o controlo formal e a eficácia prática. A superação destes obstáculos exige uma abordagem mais flexível, transparente e orientada para resultados, com ênfase na capacitação das empresas, na simplificação dos procedimentos e no reforço da avaliação de impacto. Só dessa forma será possível assegurar que os incentivos públicos cumprem plenamente a sua missão de promover o investimento, a inovação e o desenvolvimento económico sustentável.

3.7 Contributo dos incentivos cofinanciados para o desempenho económico e empresarial em Portugal: uma análise crítica

A avaliação dos efeitos dos incentivos públicos no desempenho das empresas portuguesas tem sido objeto de crescente atenção, acompanhando o aumento da importância dos fundos europeus no financiamento do investimento privado. Um dos contributos empíricos mais relevantes neste domínio é o estudo de Mesquita, Pereira dos Santos e Tavares (2025), que analisa o impacto dos apoios concedidos no âmbito do Portugal 2020, com base numa abordagem quasi-experimental. O estudo utiliza um desenho metodológico que combina o *propensity score matching*⁸ com o método de diferenças-em-diferenças, comparando empresas que receberam incentivos com um grupo de controlo estatisticamente semelhante. Esta combinação metodológica permite isolar os efeitos causais da receção de apoio público.

O artigo centra-se na análise do desempenho das empresas que participaram em concursos públicos de incentivos empresariais, considerando tanto empresas financiadas como não financiadas. Os autores demonstram que, em média, as empresas apoiadas já apresentavam melhores indicadores de desempenho antes da intervenção, o que justifica o uso de técnicas de emparelhamento para garantir a comparabilidade entre grupos.

Esta constatação confirma que os efeitos brutos dos incentivos podem sobrestimar o impacto real se não forem controladas as diferenças pré-existentes.

Os resultados empíricos do estudo indicam que os efeitos variam consoante as variáveis analisadas e o horizonte temporal considerado. De modo geral, observa-se que as empresas beneficiárias registam aumentos estatisticamente significativos no volume de negócios, investimento e número de trabalhadores, especialmente a partir do segundo ano de implementação dos projetos. Os efeitos são mais consistentes no médio prazo (2–3 anos), refletindo o tempo necessário para que os investimentos apoiados se traduzam em ganhos efetivos de desempenho.

⁸ O *propensity score matching* é um método que compara grupos semelhantes, um que recebeu a intervenção e outro que não, para medir o efeito da intervenção de forma mais justa e reduzir desvios.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

Estas conclusões foram parcialmente confirmadas pela evidência observada durante o estágio. Em diversos casos, constatou-se que o apoio público teve um papel catalisador, permitindo a concretização de investimentos que, de outro modo, não seriam exequíveis. Este efeito revelou-se particularmente evidente em micro e pequenas empresas, muitas vezes limitadas no acesso ao crédito bancário e concentradas em setores como o turismo, a restauração e os serviços locais. Nestas situações, os incentivos funcionaram como instrumentos de viabilização e modernização empresarial, confirmando a sua relevância económica.

Contudo, os autores alertam também para a existência de efeitos nulos ou marginais em determinados contextos, sobretudo em empresas mais maduras ou com estratégias pouco estruturadas. Nestes casos, os incentivos parecem substituir investimento privado, sem gerar mudança estrutural. Esta realidade foi igualmente observada durante o estágio, em candidaturas moldadas para cumprir requisitos formais, mas sem verdadeiro alinhamento com objetivos estratégicos de longo prazo, reforçando a necessidade de critérios de elegibilidade mais seletivos e de acompanhamento pós-projeto.

Por fim, é destacada a ausência de indicadores qualitativos como uma das limitações das avaliações de impacto. A análise baseia-se maioritariamente em métricas quantitativas, como variáveis contabilísticas e fiscais, o que dificulta a aferição de dimensões intangíveis como a inovação organizacional, a sustentabilidade ambiental ou a coesão territorial.

Esta lacuna coincide com a experiência prática recolhida durante o estágio, em que a avaliação dos projetos apoiados incidia sobretudo na execução física e financeira, com reduzida atenção à transformação estrutural das empresas.

3.8 Políticas de Incentivo Empresarial e os seus Efeitos sobre Empresas e Trabalhadores: Contributos a partir da Evidência Europeia

A análise do impacto das políticas públicas de incentivo não deve limitar-se à dimensão económica ou financeira. A literatura europeia mais recente evidencia que os efeitos dos incentivos se estendem também às estruturas organizacionais, à gestão dos recursos humanos e à qualidade do emprego. Estes aspetos são determinantes para avaliar a sustentabilidade do investimento público a médio prazo.

O estudo de Muraközy e Telegdy (2023) constitui um contributo relevante nesta matéria, ao analisar o impacto dos incentivos europeus em empresas da Hungria, num contexto económico e institucional comparável ao português. Através de um modelo diferenças-em-diferenças com emparelhamento, os autores concluem que as empresas beneficiárias registam ganhos significativos no emprego e na estabilidade contratual, bem como melhorias na formalização da gestão e na adoção de práticas digitais. No entanto, os efeitos sobre os salários e a produtividade total dos fatores (TFP) revelam-se modestos, o que sugere que os incentivos tendem a reforçar a escala e a estrutura das empresas, mais do que a sua eficiência tecnológica.

Estas conclusões são consistentes com o padrão observado em Portugal, embora o caso húngaro evidencie maior impacto organizacional. Enquanto a evidência nacional se centra na viabilização do investimento e na criação de emprego, os resultados europeus indicam que os incentivos favorecem a profissionalização da gestão e o fortalecimento institucional das empresas, induzindo práticas de planeamento, digitalização e controlo de desempenho.

Foi possível confirmar algumas destas dinâmicas qualitativas durante o estágio. Diversas empresas apoiadas no âmbito do Portugal 2030 recorreram aos incentivos não apenas para adquirir equipamentos, mas para reorganizar internamente processos e estratégias, adotando ferramentas de gestão analítica, *dashboards* financeiros e procedimentos de monitorização contínua. Estas mudanças, embora menos visíveis nos indicadores económicos, traduzem um ganho estrutural relevante em termos de capacidade de gestão e planeamento.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

Os estudos europeus também chamam a atenção para o risco de alocação ineficiente dos recursos, quando os apoios são atribuídos a empresas sem capacidade técnica ou estratégica para os executar de forma eficaz. O fenómeno de candidaturas formais, mas economicamente frágeis, é transversal aos Estados-Membros e coincide com o que foi pontualmente observado em Portugal, onde algumas empresas tratam os incentivos como financiamento pontual, sem ligação real a uma visão de longo prazo.

A evidência europeia reforça, desta forma, a importância de complementar a avaliação financeira com indicadores qualitativos, que meçam a evolução da cultura organizacional, da eficiência interna e da qualidade do emprego. As lições de casos como o húngaro demonstram que os incentivos públicos são mais eficazes quando integrados em estratégias que promovem a maturidade empresarial e a aprendizagem institucional, indo além da mera execução de investimento físico.

3.9 O Papel dos Fundos Europeus e das Reformas Estruturais no Crescimento Económico e na Empregabilidade: Perspetiva do FMI (2024)

A análise do impacto dos fundos europeus no crescimento económico e na empregabilidade tem sido acompanhada, nos últimos anos, por um apelo crescente à articulação destes instrumentos com reformas estruturais. Esta é a posição defendida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI, 2024), que sustenta que o impacto dos fundos estruturais só é verdadeiramente transformador quando enquadrado numa estratégia de desenvolvimento abrangente, sustentada por reformas institucionais e políticas eficazes.

De acordo com o FMI, os fundos europeus devem atuar como catalisadores de mudança e não como meros substitutos da ação governativa. A sua eficácia está fortemente condicionada pela qualidade da governação, pela eficiência administrativa e pela capacidade de execução institucional, fatores que determinam o retorno económico e social do investimento público. O relatório identifica domínios prioritários de reforma, incluindo a justiça económica, a digitalização da administração pública, a regulação do mercado de trabalho e a simplificação do enquadramento legal, como condições essenciais para maximizar o impacto dos fundos.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

O FMI alerta igualmente para os riscos de uma lógica de absorção meramente financeira, na qual os fundos são utilizados para cumprir metas quantitativas sem uma preocupação real com o impacto qualitativo dos investimentos. Países que utilizam os incentivos como extensão de estratégias nacionais consolidadas, nas áreas da inovação, sustentabilidade, qualificação e coesão territorial, tendem a alcançar resultados mais robustos e duradouros. Em contrapartida, o uso dos fundos como resposta pontual a carências orçamentais ou como fonte de financiamento isolada resulta, frequentemente, em projetos de baixa adicionalidade e impacto reduzido.

Foi possível observar empiricamente ambas as realidades ao longo do estágio. Em alguns casos, os incentivos serviram para operacionalizar planos de investimento estruturados, com objetivos claros de modernização, diversificação e internacionalização. Noutras situações, porém, verificaram-se projetos com baixa coerência estratégica, concebidos essencialmente como resposta a avisos de concurso, com motivação centrada no acesso ao financiamento. Estas ocorrências confirmam o alerta do FMI sobre a necessidade de um alinhamento estratégico entre as políticas públicas e as decisões empresariais.

Outro aspeto crítico identificado no relatório diz respeito à morosidade dos procedimentos, à rigidez das regras e à complexidade administrativa do sistema de incentivos. Estas limitações, reconhecidas pelo FMI como entraves à eficácia dos apoios, reduzem o potencial transformador dos fundos, sobretudo para micro e pequenas empresas, que frequentemente carecem de recursos técnicos para lidar com exigências burocráticas.

No plano da empregabilidade, o FMI sublinha que os incentivos devem promover emprego qualificado, estável e alinhado com a valorização profissional. A simples criação de postos de trabalho, sem uma estratégia de qualificação e integração duradoura, tem impacto limitado. O valor real dos incentivos reside na capacidade de induzir mudanças estruturais nas dinâmicas do mercado de trabalho, promovendo a melhoria das competências e o aumento da produtividade laboral.

Por fim, o FMI reforça a importância de sistemas de avaliação de impacto baseados em resultados, que vão além da verificação formal de metas físicas ou financeiras.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

Recomenda-se a inclusão de indicadores qualitativos, capazes de medir a transformação gerada pelos investimentos em termos económicos, sociais e territoriais. A ausência de avaliação robusta constitui, segundo o organismo, uma das principais fragilidades dos sistemas de apoio. Esta crítica aplica-se ao contexto português, onde, a monitorização pós-projeto tende a restringir-se ao controlo documental, sem uma análise aprofundada dos efeitos económicos e sociais a médio prazo.

Em síntese, a perspetiva do FMI (2024) oferece uma visão estratégica e exigente sobre a utilização dos fundos europeus. O seu verdadeiro valor não reside apenas na capacidade de financiar investimento, mas sobretudo em induzir reformas, reforçar a resiliência institucional e promover um crescimento sustentável e inclusivo. A experiência empírica recolhida confirma esta visão, evidenciando a importância de articular os incentivos com uma agenda de desenvolvimento integrada, centrada na transformação estrutural da economia portuguesa.

3.10 O Apoio do Fundo Social Europeu no Combate ao Desemprego de Longa Duração: Contributos do Tribunal de Contas Europeu (2021)

O desemprego de longa duração (DLD), situação de desemprego com duração superior a 12 meses, permanece um dos desafios estruturais das políticas de emprego na União Europeia.

O Fundo Social Europeu (FSE), principal instrumento de financiamento comunitário na área da inclusão e do emprego, procurou enfrentar este problema no período de programação 2014–2020, através da prioridade de investimento 8.i – “Acesso ao emprego para os desempregados, nomeadamente de longa duração”.

De acordo com o Relatório Especial n.º 25/2021 do Tribunal de Contas Europeu (TCE), foram alocados cerca de 11,4 mil milhões de euros a esta prioridade, distribuídos por medidas de formação profissional, aconselhamento, estágios e incentivos à contratação. Apesar do esforço financeiro, o TCE conclui que os resultados globais foram limitados.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

O relatório evidencia ainda falta de personalização das medidas. Em Portugal, os sistemas de apoio enfrentaram limitações na utilização de dados individualizados e na adaptação das medidas às necessidades específicas dos beneficiários, situação que o TCE identifica como uma das fragilidades centrais do FSE.

No contexto nacional, os dados mais recentes do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) confirmam a persistência desta problemática. Em dezembro de 2023, o número total de desempregados registados ascendia a 317 659 pessoas, das quais 36,2% estavam inscritas há mais de um ano, uma ligeira redução face ao período homólogo de 2022 (-5,6 %).

Apesar desta evolução positiva, o peso dos desempregados de longa duração continua a representar mais de um terço do desemprego total, o que demonstra a dificuldade em assegurar uma reintegração laboral duradoura.

Durante o estágio, esta realidade mostrou-se evidente. Diversas candidaturas acompanhadas previam a criação líquida de emprego como critério de elegibilidade, mas raramente contemplavam mecanismos de acompanhamento ou requalificação que garantissem a sustentabilidade do emprego criado, o que reforça o diagnóstico do TCE: o êxito das políticas de emprego depende não só da execução financeira, mas sobretudo da capacidade de personalizar as intervenções e monitorizar a integração dos beneficiários a longo prazo.

O Tribunal de Contas Europeu conclui que o Fundo Social Europeu tem um papel relevante, mas ainda insuficiente, na mitigação do desemprego de longa duração. O impacto efetivo do FSE depende da focalização nas necessidades dos beneficiários, da qualidade do acompanhamento e da articulação com políticas nacionais de formação e empregabilidade. O caso português confirma a importância de reforçar a avaliação qualitativa e a monitorização pós-projeto, de modo a transformar o apoio financeiro em resultados sociais sustentáveis e duradouros.

3.11 Síntese Final: Análise Integrada da Evidência Empírica e da Experiência Prática

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo permitiu compreender o impacto das políticas públicas de incentivo na economia e na empregabilidade nacional, cruzando os contributos da literatura científica com a evidência recolhida em contexto profissional.

Do ponto de vista macroeconómico, os estudos de Mesquita, Pereira dos Santos e Tavares (2025) e de Muraközy e Telegdy (2023) confirmam que os incentivos cofinanciados por fundos europeus exercem um efeito positivo e estatisticamente significativo sobre o desempenho das empresas, traduzido em aumentos do volume de negócios, do investimento, da produtividade e do número de trabalhadores. Estes efeitos são particularmente expressivos nas micro e pequenas empresas e em regiões de menor densidade económica, onde o financiamento público frequentemente constitui o fator determinante para a concretização de investimentos que, de outro modo, não ocorreriam. Esta tendência foi observada durante o estágio, sobretudo nos setores da restauração, turismo e enoturismo, caracterizados por forte dependência territorial e restrições de capital.

No plano social, os incentivos demonstraram potencial para promover emprego líquido e mais estável, em linha com as conclusões do Tribunal de Contas Europeu (2021). A imposição de requisitos relacionados com a contratação de públicos vulneráveis, como desempregados de longa duração, jovens à procura do primeiro emprego, imigrantes ou pessoas com deficiência, traduziu-se em ganhos de inclusão social.

No entanto, verificaram-se também assimetrias na implementação. Em muitos casos, a criação de emprego teve carácter formal, sem assegurar integração sustentável ou progressão profissional. Esta limitação reforça a crítica do TCE sobre a insuficiente personalização das medidas do FSE e a fragilidade dos mecanismos de acompanhamento.

Por sua vez, o Fundo Monetário Internacional (2024) defende uma perspetiva mais estrutural, salientando que os fundos europeus isolados não são, por si só, transformadores. O impacto duradouro depende da sua articulação com reformas institucionais e políticas públicas coerentes, em domínios como a governação, a digitalização administrativa e a qualificação de recursos humanos.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

A evidência prática recolhida confirma esta visão. Os projetos com maior impacto foram aqueles integrados em estratégias empresariais sólidas, orientadas para o crescimento e a inovação. Por outro lado, as candidaturas apresentadas apenas para aproveitar oportunidades de financiamento revelaram menor adicionalidade e reduzido impacto estrutural. De forma geral, foram identificados desafios operacionais que limitam a eficácia do sistema de incentivos:

- morosidade na análise e decisão das candidaturas;
- complexidade regulamentar;
- falta de clareza nos critérios de elegibilidade;
- ausência de monitorização qualitativa a longo prazo.

Estas limitações, observadas e documentadas por organismos europeus, evidenciam a necessidade de simplificar procedimentos, reforçar a capacitação técnica dos promotores e adotar modelos de avaliação baseados em resultados, em vez de mera execução financeira. A experiência de estágio proporcionou, desta forma, uma visão realista da implementação dos programas de incentivo, revelando tanto os seus efeitos positivos, como o investimento, a modernização e a inovação, como as fragilidades operacionais e de sustentabilidade.

Em síntese, os incentivos não devem ser entendidos apenas como mecanismos de financiamento, mas como vetores de transformação estrutural, capazes de reduzir desigualdades regionais, reforçar a coesão territorial e promover um modelo de crescimento mais inclusivo, competitivo e sustentável.

4 - ESTUDOS DE CASO: APLICAÇÃO PRÁTICA DAS POLÍTICAS DE INCENTIVO

O capítulo 4 apresenta três estudos de caso que ilustram a aplicação prática das políticas públicas de incentivo analisadas ao longo deste relatório. Cada caso corresponde a um setor distinto, restauração, eventos vínicos e indústria farmacêutica veterinária, e procura mostrar como os apoios públicos influenciam o investimento, a inovação e a criação de emprego.

A análise permite identificar resultados concretos, desafios e boas práticas observadas, concluindo com uma síntese final com as principais conclusões e lições transversais.

4.1 Estudo de Caso 1 – Inovação e Sustentabilidade no Setor da Restauração em Território de Baixa Densidade

Durante o estágio, foi acompanhada a preparação de uma candidatura a incentivo público no âmbito do Programa Portugal 2030, promovida por uma empresa da Região Centro com experiência no setor do retalho alimentar e intenção de expandir a sua atividade para o setor da restauração sustentável. O projeto previa a criação de um restaurante de pequena dimensão, com um conceito inovador assente na valorização de produtos regionais, na adoção de práticas de economia circular e numa gestão digital integrada, inserido num território de baixa densidade populacional caracterizado por uma forte identidade gastronómica e cultural.

A candidatura foi apresentada ao abrigo do Sistema de Incentivos de Base Territorial, instrumento que visa fomentar a coesão económica e social através da promoção de atividades de elevado valor acrescentado e fixação de emprego qualificado.

O conceito proposto assentava na criação de um espaço de restauração com identidade própria, especializado em refeições leves, tapas e brunchs elaborados a partir de produtos biológicos e sazonais fornecidos por produtores locais. Parte dos ingredientes seria reaproveitada de excedentes alimentares provenientes do estabelecimento comercial do mesmo grupo, numa lógica de combate ao desperdício alimentar, em consonância com os princípios da Agenda 2030 e das políticas europeias de transição ecológica.

Entre os compromissos do projeto encontrava-se a criação de cinco postos de trabalho diretos, abrangendo funções de chefia de cozinha, serviço de sala, atendimento ao público e apoio à gestão. A estrutura de custos apresentada refletia uma preocupação com a sustentabilidade financeira e a eficiência operacional, com destaque em práticas de gestão digital, redução de desperdício, recolha e reciclagem de óleos alimentares usados, e gestão diferenciada de resíduos orgânicos.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

Estes fatores colocavam o projeto em linha com as orientações do Fundo Monetário Internacional (2024), que salienta a importância de canalizar o investimento público para setores que conciliem crescimento económico e objetivos ambientais.

O projeto apresentava ainda uma componente de integração territorial relevante, contemplando parcerias com agentes locais, participação em eventos culturais e realização de atividades gastronómicas temáticas. Estas ações pretendiam reforçar a identidade regional, promover o turismo sustentável e incentivar o consumo consciente, criando sinergias entre a restauração e o comércio local. Através desta abordagem, a candidatura concretizava princípios de inovação, centrada na valorização de recursos endógenos e na criação de redes colaborativas, aspetos apontados pelo Tribunal de Contas Europeu (2021) como determinantes para a eficácia dos programas de incentivo de base territorial.

Durante o acompanhamento técnico, observou-se um promotor bem informado, estrategicamente orientado e com capacidade de execução, evidenciando domínio sobre as exigências do sistema de incentivos. A empresa demonstrou compreensão dos critérios de elegibilidade e sensibilidade para os objetivos das políticas públicas, incorporando preocupações de sustentabilidade, inovação e inclusão de acordo com o quadro de prioridades do Portugal 2030.

Este alinhamento reforça as conclusões de Mesquita, Santos e Tavares (2025), que comprovam que os incentivos europeus têm efeitos positivos e mensuráveis na produtividade e nas vendas das empresas beneficiárias, especialmente nos setores não transacionáveis, como a restauração e o turismo.

A aposta em novos empreendimentos de restauração sustentável constituía, portanto, uma resposta estratégica à necessidade de gerar emprego local e atrair jovens qualificados para territórios com menor densidade empresarial. Já o INE (2025) destaca que as PME representam 99,9% das empresas nacionais, responsáveis por 63,6% do Valor Acrescentado Bruto, confirmando o peso estrutural deste segmento nas dinâmicas económicas regionais.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

Embora à data da conclusão do estágio não fosse ainda possível conhecer o desfecho final da candidatura, o projeto apresentava fundamentos sólidos de viabilidade económica e impacto social, demonstrando o potencial transformador das políticas de incentivo quando aplicadas de forma orientada para resultados.

Este estudo de caso exemplifica a aplicação prática das políticas públicas de incentivo enquanto instrumentos de desenvolvimento territorial, demonstrando que o apoio financeiro, quando alinhado com uma estratégia empresarial coerente, pode gerar efeitos multiplicadores sobre o emprego, a sustentabilidade e a inovação social. A articulação entre incentivos, competências locais e redes colaborativas revela-se determinante para que o investimento público se traduza em resultados duradouros e territorialmente equilibrados.

4.2 Estudo de Caso 2 – Criação de Emprego Qualificado e Inovação Experiencial no Setor do Comércio e Eventos Vínicos

Foi igualmente acompanhada a preparação de uma candidatura ao programa Criação de Emprego e Microempreendedorismo, enquadrado no Portugal 2030, promovida por uma empresa do setor vínico sediada em Lisboa.

A entidade, já com presença consolidada na comercialização de vinhos artesanais, pretendia diversificar a sua atividade através da criação de uma vertente experiencial e formativa, centrada na realização de eventos enogastronómicos, workshops de harmonização e provas comentadas. Esta expansão representava uma estratégia de diferenciação competitiva num mercado maduro, apostando na personalização da experiência e na valorização do produto através do contacto direto com o consumidor.

O projeto visava a instalação de um espaço multifuncional, preparado para acolher formações, masterclasses e experiências sensoriais, promovendo a ligação entre o público urbano e os produtores de pequena escala, frequentemente afastados dos canais de distribuição tradicionais.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

Esta abordagem procurava potenciar o conceito de economia da experiência, reforçando a fidelização dos clientes e criando uma ponte entre cultura, tradição e inovação.

A operação foi implementada num centro de *cowork* urbano localizado numa zona periférica da cidade, marcada por taxas de desemprego acima da média e integrada em processos de regeneração económica e social.

A escolha do espaço foi sustentada por razões financeiras, logísticas e estratégicas: a inexistência de instalações próprias e os elevados custos imobiliários em áreas centrais tornavam o *coworking* uma solução economicamente racional. Este modelo oferecia, adicionalmente, serviços partilhados e práticas ambientais eficientes, em linha com os princípios de sustentabilidade energética e digitalização administrativa.

O investimento total, estimado entre 100 000 € e 150 000 €, destinava-se à aquisição de equipamentos informáticos e multimédia, mobiliário modular, software de gestão de reservas, materiais promocionais e serviços externos de formação e comunicação digital. A candidatura incluía ainda a criação de três postos de trabalho qualificado com contratos sem termo, nas áreas de gestão de eventos, marketing e comunicação, bem como um plano de capacitação contínua apoiado por formação interna e certificada.

Entre os compromissos assumidos pela entidade promotora destacavam-se:

- a criação de emprego estável e qualificado, com foco em perfis técnicos e criativos;
- a promoção da inclusão social e igualdade de género, com prioridade à contratação de perfis sub-representados, nomeadamente imigrantes e famílias monoparentais;
- a adoção de práticas ambientais responsáveis, como reutilização de materiais, embalagens recicláveis e eficiência térmica dos espaços;
- a seleção exclusiva de vinhos provenientes de produção sustentável (biológica ou de baixa intervenção).

O caso analisado demonstra como as políticas de incentivo público podem funcionar como instrumento de diversificação económica e modernização organizacional, mesmo em contextos urbanos.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

Embora situado fora dos territórios de baixa densidade, o projeto respondia a objetivos de requalificação urbana e promoção de emprego qualificado, áreas reconhecidas como prioritárias pelo Portugal 2030. Esta orientação confirma a evolução das políticas públicas de incentivo, que passaram a valorizar a qualidade e sustentabilidade do emprego criado, e não apenas o número de postos gerados.

Em termos económicos, o projeto concretizava o princípio de adicionalidade, ao expandir a atividade para um novo segmento de mercado sem comprometer as operações anteriores. Essa expansão traduz-se numa capacidade real de criação de valor, validando as conclusões de Mesquita, Santos e Tavares (2025), que demonstram que as empresas apoiadas por fundos europeus registam um aumento em produtividade e vendas. A aposta na formação e na estabilidade contratual responde também às recomendações do Tribunal de Contas Europeu (2021), que defende a importância de avaliar qualitativamente o emprego financiado, em vez de apenas quantificar a sua existência.

Do ponto de vista social, o projeto integra boas práticas de inclusão, igualdade de género e diversidade, alinhadas com o Portugal 2030, que privilegia a integração de grupos vulneráveis e a promoção de novas formas de empregabilidade. Estas medidas refletem a visão defendida pelo Fundo Monetário Internacional (2024), segundo a qual o desenvolvimento sustentável deve conjugar inovação económica com responsabilidade social e ambiental.

O enquadramento territorial reforça ainda o impacto da iniciativa. Dados do IEFP (2023) indicam que, em 2023, as zonas urbanas de Lisboa apresentavam 32,4% da totalidade de desempregados em Portugal.

Assim, a criação de oportunidades profissionais em nichos emergentes como o enoturismo e eventos culturais constitui uma estratégia eficaz de requalificação urbana e empregabilidade jovem.

Este estudo de caso confirma que é possível combinar inovação, sustentabilidade e inclusão em setores tradicionais como o vinho, desde que os incentivos públicos sejam enquadrados por uma visão empresarial estratégica e orientada para resultados.

O projeto exemplifica o papel do investimento público enquanto catalisador de transformações económicas e organizacionais, contribuindo para a competitividade das PME e para o reforço da coesão social em contextos urbanos.

4.3 Estudo de Caso 3 – Qualificação e Reestruturação Tecnológica no Setor Farmacêutico Veterinário

Foi também acompanhado o processo de preparação e submissão de uma candidatura ao Portugal 2030, apresentada por uma empresa portuguesa do setor farmacêutico veterinário, dedicada à produção de medicamentos e suplementos nutricionais de origem botânica para uso animal. O projeto foi enquadrado na tipologia de incentivo à qualificação das PME, com foco na modernização tecnológica, digitalização e certificação de processos, com o objetivo de reforçar a competitividade e a presença em mercados externos altamente regulados.

Localizada numa zona industrial de baixa densidade populacional, mas com boa acessibilidade logística, a empresa encontrava-se num processo de reestruturação estratégica, transitando de um modelo tradicional de produção para uma lógica industrial tecnológica e certificada. Após um percurso inicial centrado na produção de chás e infusões, a organização reposicionou-se no segmento da nutracêutica e da saúde veterinária, apostando na inovação tecnológica e conformidade com normas GMP (Good Manufacturing Practices), condição indispensável à exportação para mercados europeus e internacionais.

O projeto contemplava três áreas de investimento prioritário:

- Implementação de um ERP industrial (SAGE X3), integrando produção, logística, finanças e recursos humanos;
- Instalação do sistema Q-Pulse, para gestão da qualidade, conformidade normativa e auditorias internas;
- Implementação de um Sistema de Monitorização Avançado (SMA) no chão de fábrica, recolhendo em tempo real parâmetros críticos de fabrico.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

Estes investimentos foram acompanhados de um plano de formação especializada para quadros técnicos e da contratação de quatro novos colaboradores qualificados nas áreas de engenharia de processos, controlo e garantia da qualidade, e tecnologias da informação aplicadas à produção. O investimento global, superior a 300 000 €, abrangeu *software*, consultoria técnica, formação e custos salariais.

Este caso constitui um exemplo paradigmático de transformação estrutural induzida por incentivos públicos. O projeto evidencia forte adicionalidade, uma vez que o investimento e a certificação internacional não seriam exequíveis sem apoio financeiro. Tal confirma as conclusões de Mesquita, Pereira dos Santos e Tavares (2025).

No plano da empregabilidade, o projeto enquadra-se na lógica de criação de emprego qualificado em regiões de baixa densidade, contribuindo para a coesão territorial e valorização do capital humano técnico. Os perfis recrutados, fortemente especializados, correspondem às necessidades de um setor regulado e competitivo, ilustrando a evidência de Muraközy e Telegdy (2023) de que os incentivos têm maior impacto quando associados a reestruturações organizacionais e capacitação técnica.

Do ponto de vista estratégico, a orientação para a digitalização, rastreabilidade e sustentabilidade industrial está em consonância com as recomendações do Fundo Monetário Internacional (2024), que defende a articulação entre apoio público e reformas internas estruturais. A adoção de ferramentas de controlo em tempo real e de gestão integrada de qualidade aumenta a eficiência, reduz desperdícios e melhora a fiabilidade produtiva, reforçando a competitividade externa.

Além disso, o caso contrasta positivamente com as críticas do Tribunal de Contas Europeu (2021), que apontava a utilização reativa dos fundos e a ausência de planeamento estratégico em muitas PME. Aqui observa-se uma intervenção de médio-longo prazo, orientada para a robustez organizacional, inovação de processo e criação de valor sustentado.

Do ponto de vista metodológico, o processo de candidatura revelou-se altamente técnico, exigindo articulação interdepartamental e domínio dos critérios regulamentares europeus, o que contribuiu para uma compreensão prática dos fatores críticos de sucesso na operacionalização dos sistemas de incentivo.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

Esta candidatura demonstra que os fundos públicos, quando aplicados com rigor técnico e visão transformadora, são instrumentos decisivos na modernização industrial das PME, permitindo ganhos tangíveis de sofisticação tecnológica, inovação organizacional, emprego qualificado e competitividade internacional, objetivos centrais das políticas de desenvolvimento económico no quadro do Portugal 2030.

4.4 Síntese Final – Análise Transversal e Implicações dos Estudos de Caso

A análise dos três estudos de caso acompanhados durante o estágio permitiu retirar um conjunto de conclusões sobre a aplicação das políticas públicas de incentivo em Portugal, particularmente no contexto do Portugal 2030.

Esta síntese articula a evidência empírica observada com as reflexões teóricas desenvolvidas ao longo do relatório, sistematizando as implicações mais relevantes em matéria de eficácia dos incentivos, impacto na empregabilidade e alinhamento com as estratégias de desenvolvimento económico e social.

4.4.1 Adicionalidade e Alavancagem do Investimento

Cada um dos casos acompanhados ilustra o papel do financiamento público na concretização de projetos empresariais com potencial de impacto económico e social.

No projeto de restauração sustentável, o incentivo foi essencial para viabilizar um modelo de negócio inovador e ambientalmente responsável, num território de baixa densidade populacional, onde as limitações de acesso ao crédito e à escala de mercado tornariam o investimento inviável sem apoio público. No setor vínico, o financiamento concedido permitiu a uma microempresa diversificar a sua atividade e integrar uma vertente experiencial e formativa, difícil de operacionalizar sem o suporte de políticas de incentivo. Já no setor farmacêutico veterinário, o investimento público funcionou como alavanca para a reestruturação tecnológica e certificação internacional da empresa, possibilitando a adoção de sistemas avançados de gestão e o cumprimento de normas regulatórias exigentes, condição indispensável para competir em mercados externos.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

Estes três exemplos traduzem empiricamente o que Mesquita, Pereira dos Santos e Tavares (2025) identificam como a principal virtude das políticas de incentivo: a capacidade de induzir transformação estrutural, reforçar a competitividade das empresas e gerar externalidades positivas de longo prazo.

A adicionalidade observada não se limitou ao investimento financeiro direto, mas estendeu-se a dimensões complementares, como a qualificação de recursos humanos, a melhoria dos sistemas de gestão, a incorporação tecnológica e a adoção de práticas de sustentabilidade ambiental e social. Além disso, os projetos analisados revelaram efeitos multiplicadores, nomeadamente através da mobilização de recursos próprios, do estabelecimento de parcerias com entidades locais e regionais e da criação de novas dinâmicas empresariais e colaborativas nos respetivos setores.

A tabela seguinte (Tabela 1) sintetiza os principais tipos de adicionalidade identificados na literatura e observados nos projetos acompanhados, distinguindo entre o impacto financeiro direto e os efeitos complementares sobre a organização, os recursos humanos e o território. Esta classificação permite compreender de que forma os incentivos públicos geram valor acrescentado para além do investimento inicial, promovendo transformação estrutural e sustentabilidade a longo prazo.

Tipo de adicionalidade	Descrição	Exemplo
Financeira	O apoio público é essencial para viabilizar o investimento.	O restaurante sustentável não teria acesso a financiamento bancário sem o incentivo.
Económica	O incentivo aumenta o volume ou alcance do investimento.	A microempresa vitivinícola teve a oportunidade de expandir a atividade para a vertente experiencial.
Tecnológica	O apoio acelera a adoção de tecnologias ou processos inovadores.	A farmacêutica veterinária implementou ERP, Q-Pulse e SMA graças ao financiamento.
Organizacional	O incentivo induz melhorias na gestão, qualificação e planeamento.	As três empresas reforçaram a formação interna e profissionalização da gestão.
Social/Territorial	O apoio gera impacto social, criação de emprego e coesão regional.	Fixação de emprego qualificado em territórios de baixa densidade.

Tabela 1 - Tipos de Adicionalidade
Fonte: Elaboração Própria

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

A lógica de alavancagem do investimento público, isto é, a capacidade dos incentivos de potenciar o esforço privado, foi visível em todas as operações acompanhadas, reforçando a evidência de que os apoios públicos eficazes não substituem a iniciativa empresarial, mas amplificam-na.

4.4.2 Criação de Emprego Qualificado e Inclusão Social

A criação de emprego qualificado revelou-se um denominador comum nos três estudos de caso acompanhados, indo muito além da mera geração de postos de trabalho.

Em todas as candidaturas observou-se a contratação de profissionais com vínculos estáveis e funções especializadas, abrangendo desde técnicos superiores nas áreas da engenharia, qualidade e gestão, até perfis operacionais formados para responder a necessidades específicas de cada projeto.

Esta dimensão qualitativa do emprego criado reflete uma evolução nas políticas públicas de incentivo, que passaram a privilegiar não só a quantidade, mas também a dignidade, estabilidade e qualificação do trabalho.

Os incentivos analisados demonstram que o investimento público pode, quando adequadamente estruturado, corrigir falhas de mercado no acesso a emprego estável em regiões periféricas ou setores de baixa capitalização, contribuindo para a coesão territorial e social.

Nos três casos, foi igualmente visível a integração de princípios de inclusão e igualdade de oportunidades. As empresas adotaram políticas de recrutamento diversificadas, incentivando a participação de mulheres em cargos técnicos, de jovens qualificados a regressar a territórios de baixa densidade e de cidadãos estrangeiros em funções adaptadas às suas competências.

Os resultados observados confirmam a evidência empírica de Muraközy e Telegdy (2023), segundo os quais as empresas beneficiárias de incentivos públicos tendem a investir mais em formação, gestão profissionalizada e retenção de talento, gerando impactos duradouros sobre a estrutura do emprego.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

Também convergem com as recomendações do Tribunal de Contas Europeu (2021), que sublinha a necessidade de privilegiar a qualidade e sustentabilidade dos postos de trabalho apoiados, e não apenas a execução financeira dos programas.

De forma transversal, os projetos demonstraram que a combinação entre apoio financeiro, planeamento estratégico e responsabilidade social pode produzir efeitos reais na valorização do capital humano, na inclusão de grupos sub-representados e na criação de emprego digno, reforçando simultaneamente a competitividade empresarial e a coesão social.

4.4.3 Sustentabilidade, Inovação e Responsabilidade Territorial

Os três casos analisados evidenciam a integração da sustentabilidade como eixo estratégico e diferenciador. Práticas como a economia circular, a eficiência energética, a digitalização de processos e a escolha de fornecedores sustentáveis demonstram que os promotores não encaram os incentivos públicos apenas como apoios financeiros, mas como instrumentos que alinham a atividade económica, valores ambientais e compromisso territorial, indo, desta forma, ao encontro da visão estratégica do Fundo Monetário Internacional (2024), que defende que os fundos europeus devem ser utilizados como motores de transformação estrutural, fomentando a transição verde, a inovação organizacional e a criação de valor sustentável.

4.4.4 Capacidade Técnica e Orientação Estratégica das Empresas

Ao longo do acompanhamento das candidaturas, tornou-se evidente que a maioria das empresas promotoras apresentava fragilidades significativas na preparação técnica, na orientação estratégica e na capacidade de execução dos projetos.

Em muitos casos, as candidaturas foram elaboradas de forma reativa, ou seja, apenas em resposta à abertura de avisos, sem uma reflexão prévia sobre a coerência do investimento com a estratégia de médio prazo da empresa.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

Verificou-se falta de conhecimento sobre os critérios de elegibilidade, sobre a lógica de adicionalidade e, em alguns casos, dificuldades em compreender as obrigações de acompanhamento e reporte impostas pelos programas de apoio. Esta literacia insuficiente técnico-financeira resultou, por vezes, em candidaturas dependentes quase integralmente do trabalho dos consultores externos.

Este cenário confirma um diagnóstico recorrente da AD&C (2023), que reconhece que grande parte das PME portuguesas carece de capacidade institucional para estruturar e monitorizar projetos de investimento de forma autónoma, o que afeta diretamente a eficácia dos fundos públicos.

A realidade observada demonstrou que as empresas mais frágeis do ponto de vista técnico enfrentam maiores dificuldades em interpretar os regulamentos, justificar a viabilidade económica ou preparar documentação de suporte credível. Segundo Mesquita, Pereira dos Santos e Tavares (2025), o impacto dos fundos europeus sobre a produtividade e a competitividade é significativamente mais elevado nas empresas que possuem maturidade organizacional e cultura de planeamento, e diminuto nas que utilizam os incentivos apenas como instrumento de financiamento de curto prazo.

4.4.5 Implicações Transversais e Relevância Política

A experiência prática confirma que as políticas públicas de incentivo desempenham um papel relevante na dinamização económica e coesão territorial, desde que sejam bem estruturadas e aplicadas com foco em resultados. Os três estudos de caso demonstram que os apoios são mais eficazes quando existe planeamento estratégico, capacidade técnica e compromisso organizacional por parte dos promotores.

No entanto, persistem limitações associadas à burocracia e à falta de acompanhamento qualitativo, aspetos apontados pelo Fundo Monetário Internacional (2024) como fatores que reduzem o impacto real dos fundos.

A eficácia das políticas depende, portanto, de um equilíbrio entre simplificação administrativa e rigor avaliativo, privilegiando indicadores de resultado em vez de mera execução financeira.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

De forma transversal, as políticas públicas revelam maior valor quando:

- adotam critérios qualitativos exigentes na seleção de projetos;
- são implementadas por entidades promotoras competentes e estruturadas;
- incorporam objetivos económicos, sociais e ambientais.

Assim, o futuro das políticas de incentivo deve centrar-se em resultados tangíveis, assegurando que o investimento público se traduz em valor duradouro, emprego qualificado e transformação sustentável do tecido empresarial português.

4.4.6 Representação comparativa dos estudos de caso

A análise cruzada dos três estudos de caso permite identificar padrões comuns e diferenças estruturais na forma como os incentivos públicos foram aplicados. Em conjunto, estes projetos demonstram que, apesar da diversidade setorial, a eficácia dos apoios depende mais da capacidade de gestão e da integração territorial do que da dimensão financeira do investimento.

A tabela abaixo (Tabela 2) seguinte sintetiza os principais traços de cada intervenção e o respetivo contributo para os objetivos estratégicos do Portugal 2030.

Dimensão de Análise	Estudo de Caso 1 Restauração Sustentável	Estudo de Caso 2 Enoturismo Urbano	Estudo de Caso 3 Farmacêutica Veterinária
Setor	Restauração e economia circular	Vitivinicola e enoturismo	Indústria farmacêutica veterinária
Localização	Território de baixa densidade	Lisboa	Zona industrial de baixa densidade
Investimento (€)	180.000€	100.000-150.000	>300.000
Nº de Postos de Trabalho Criados	5	3	4
Tipologia de Incentivo	Base territorial	Criação de emprego e microempreendedorismo	Qualificação das PME

*Tabela 2 - Comparação dos Estudos de Caso
Fonte: Elaboração Própria*

5 - ANÁLISE CRÍTICA E PROPOSTAS DE MELHORIA

O presente capítulo apresenta uma análise crítica sobre a forma como as políticas públicas de incentivo empresarial têm sido concebidas e aplicadas em Portugal, confrontando a teoria com a prática observada durante o estágio curricular na Abilis – Consultores de Empresa. A reflexão assenta na evidência empírica recolhida junto de projetos submetidos aos sistemas de incentivos do Portugal 2030, bem como em dados oficiais do INE, IEFP e Tribunal de Contas Europeu.

Verificou-se que, embora estas políticas contribuam para dinamizar o investimento e o emprego, persistem fragilidades estruturais associadas à morosidade administrativa, à dispersão territorial dos apoios e à reduzida capacidade de avaliação qualitativa dos resultados. Estas limitações têm sido igualmente identificadas por organismos internacionais, como o FMI e o TCE, que apontam para a necessidade de uma maior personalização das medidas e de um acompanhamento mais próximo das empresas beneficiárias.

Assim, o capítulo estrutura-se em duas partes: uma análise crítica das principais debilidades e desafios observados, e um conjunto de propostas de melhoria de natureza técnica e estratégica, orientadas para reforçar o impacto económico, social e territorial dos incentivos públicos.

5.1 Análise Crítica: Limitações, Desafios e Fragilidades Observadas

A observação direta de candidaturas, projetos e processos de implementação permitiu identificar um conjunto de limitações que condicionam a eficácia dos instrumentos de apoio ao investimento empresarial. Estas fragilidades, embora nem sempre visíveis, comprometem o verdadeiro potencial transformador dos incentivos, tanto no crescimento económico como no contributo para a coesão territorial e social.

5.1.1 Complexidade processual e exigência técnica desproporcionada

Durante o estágio curricular, constatou-se que a maioria dos programas de incentivo empresarial mantém uma estrutura processual excessivamente complexa, com exigências técnicas e documentais que ultrapassam a capacidade operacional das micro e pequenas empresas. Apesar das orientações da Comissão Europeia no sentido da simplificação administrativa, continuam a prevalecer candidaturas extensas, com plataformas pouco intuitivas e um conjunto de anexos técnicos de difícil preenchimento por empresas com reduzidos recursos humanos qualificados.

Esta situação tem implicações diretas na equidade do acesso aos fundos públicos. A execução dos apoios do FSE e FEDER tende a concentrar-se em promotores com maior experiência administrativa, o que cria barreiras de entrada para novos empreendedores ou empresas localizadas em territórios de baixa densidade. Em linha com este diagnóstico, Muraközy & Telegdy (2023) demonstram que o impacto positivo dos incentivos é mais expressivo em empresas de maior dimensão ou com estruturas de gestão mais profissionalizadas, revelando um enviesamento estrutural que limita a democratização do apoio público.

Na prática, esta assimetria traduz-se numa “elitização” dos incentivos, onde os projetos tecnicamente mais bem preparados são também os que reúnem melhores condições de aprovação, independentemente da sua relevância económica ou territorial. A ausência de modelos simplificados de candidatura reforça esta desigualdade, comprometendo a eficácia das políticas públicas e o princípio da coesão económica e social inscrito na Estratégia Portugal 2030.

A morosidade dos processos de avaliação e aprovação, aliada à rigidez dos calendários, gera um desfasamento entre o momento em que as empresas identificam a necessidade de investimento e o momento efetivo da sua implementação. Atrasos na publicação de avisos, na análise de candidaturas ou na contratualização dos apoios comprometem a eficácia das medidas, sobretudo em contextos de elevada volatilidade ou mudança tecnológica rápida.

5.1.2 Foco excessivo na execução formal

A monitorização das operações financiadas por fundos públicos, em particular no âmbito do Fundo Social Europeu (FSE), continua a revelar limitações significativas na avaliação do impacto efetivo das medidas. O Tribunal de Contas Europeu (2021) concluiu que o sistema de acompanhamento adotado para o período 2014-2020 privilegiou indicadores de realização, centrados no número de participantes e nos montantes executados, sem garantir instrumentos que permitam medir resultados concretos, como a inserção profissional ou a sustentabilidade do emprego.

Esta abordagem quantitativa, embora útil para comprovar a boa execução financeira dos programas, não fornece uma visão abrangente sobre a relevância económica e social das intervenções.

5.1.3 Fraca articulação com estratégias territoriais e políticas setoriais

Apesar de o quadro estratégico do Portugal 2030 reconhecer a importância da especialização regional e do aproveitamento dos recursos endógenos, muitos projetos continuam a ser concebidos de forma isolada, sem articulação com planos de desenvolvimento intermunicipais, políticas setoriais ou estratégias regionais de inovação inteligente (RIS3). Durante o estágio foi possível observar que diversas candidaturas, sobretudo em territórios de baixa densidade, eram elaboradas com base em oportunidades de financiamento imediatas e não em diagnósticos territoriais consistentes.

Dados recentes do INE (2025) confirmam que o Norte e a Área Metropolitana de Lisboa concentram 56,9% das PME nacionais, o que revela a persistência de desequilíbrios regionais e a dificuldade em consolidar ecossistemas empresariais fora dos grandes centros.

A ausência de coordenação entre incentivos, universidades, autarquias e associações empresariais limita o impacto das políticas públicas e enfraquece o papel dos incentivos como instrumento de desenvolvimento sustentável e coeso.

5.1.4 Risco de distorção da racionalidade empresarial

Em diversos casos, observou-se que as empresas ajustavam artificialmente os seus projetos aos critérios de elegibilidade definidos nos avisos, mesmo quando estes não se enquadravam plenamente na sua estratégia. Esta inversão de lógica, moldar o projeto ao financiamento e não o financiamento ao projeto, conduz frequentemente a investimentos reativos e de reduzido valor acrescentado.

Esta distorção foi identificada em vários relatórios europeus como um risco estrutural das políticas de incentivo, nomeadamente pelo Tribunal de Contas Europeu (2021), que alertou para a tendência das medidas financiadas favorecerem projetos que cumprem melhor os critérios formais, mas nem sempre respondem às necessidades reais dos destinatários. Também o Fundo Monetário Internacional (2024) destacou que a eficácia dos apoios públicos depende de estes estimularem investimento produtivo e inovação genuína, evitando a mera captação oportunista de fundos.

A tabela seguinte (Tabela 3) apresenta uma síntese das principais fragilidades associadas a este risco, com a respetiva descrição e impacto sobre a eficácia das políticas de incentivo, permitindo visualizar os efeitos desta distorção no desempenho empresarial e institucional.

Fragilidade identificada	Descrição	Impacto
5.1.1 Complexidade processual e exigência técnica desproporcionada	Formulários extensos, anexos técnicos exigentes e múltiplas plataformas.	Exclusão relativa de promotores menos capacitados; maior dependência de consultores.
5.1.2 Foco excessivo na execução formal	Monitorização centrada em despesa, prazos e metas contratuais, com pouca medição de resultados/impacto.	Projetos conformes mas com impacto limitado.
5.1.3 Fraca articulação com estratégias territoriais e políticas setoriais	Candidaturas isoladas, pouco ligadas a RIS3, planos intermunicipais ou atores locais.	Perda de sinergias; menor coesão territorial; ecossistemas locais de inovação frágeis.
5.1.4 Risco de distorção da racionalidade empresarial	Projetos moldados aos avisos em vez de à estratégia/maturidade da empresa; investimento reativo.	Baixa sustentabilidade e fraca apropriação dos resultados; abandono pós-incentivo.

Tabela 3 - Fragilidades das Políticas Públicas
Fonte: Elaboração Própria

5.2 Propostas de Melhoria: Recomendações Técnicas e Estratégicas

Com base nas limitações identificadas, apresentam-se propostas orientadas para reforçar a eficácia, a equidade e a sustentabilidade das políticas de incentivo empresarial em Portugal. Estas recomendações resultam da articulação entre a experiência prática observada durante o estágio curricular e as evidências recolhidas em relatórios do Tribunal de Contas Europeu (2021), do Fundo Monetário Internacional (2024) e do Instituto Nacional de Estatística (2025), procurando alinhar a política pública com as necessidades reais das empresas e com os desafios de competitividade e coesão territorial.

5.2.1 Simplificação administrativa e harmonização regulamentar

A redução da complexidade burocrática deve constituir uma prioridade transversal. Durante o estágio constatou-se que a diversidade de plataformas e exigências documentais dificulta o acesso das micro e pequenas empresas. Propõe-se a adoção de formulários simplificados, instruções claras e um portal digital único que concentre submissão e acompanhamento das candidaturas. O Tribunal de Contas Europeu (2021) e o FMI (2024) alertam que a falta de harmonização entre programas reduz a eficiência e a previsibilidade, pelo que regras consistentes e simplificadas reforçariam a confiança dos promotores e a eficácia global dos incentivos.

5.2.2 Reforço das redes de apoio técnico descentralizado

É essencial reforçar as estruturas regionais de apoio, como associações empresariais, comunidades intermunicipais, centros tecnológicos e incubadoras, garantindo-lhes meios e competências para acompanhar os promotores em todas as fases do ciclo do projeto. Estas entidades podem prestar apoio técnico continuado, desde a preparação da candidatura até à execução e monitorização, reduzindo assimetrias de acesso e melhorando a qualidade e a coerência das propostas. A descentralização da assistência técnica contribuiria para democratizar o acesso aos fundos e reforçar a capacidade de absorção dos incentivos nos territórios de menor densidade.

5.2.3 Integração efetiva com estratégias de desenvolvimento territorial

A atribuição de incentivos deve estar articulada com as estratégias regionais e locais de desenvolvimento, de modo a potenciar sinergias entre os projetos empresariais, os recursos endógenos e as políticas públicas existentes. O INE (2025) demonstra que o tecido empresarial continua fortemente concentrado nas regiões Norte e de Lisboa, o que reforça a necessidade de coordenar o investimento público e privado com as prioridades territoriais definidas nas estratégias regionais de especialização inteligente (RIS3).

Devem, por este motivo, ser valorizadas as candidaturas que evidenciem integração em redes colaborativas, envolvimento com atores locais ou contributo direto para objetivos regionais previamente estabelecidos. Esta articulação favorece a criação de ecossistemas locais de inovação e competitividade, evitando a dispersão de esforços e promovendo um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável.

5.2.4 Introdução de indicadores qualitativos de impacto

Para além dos tradicionais indicadores de execução, como o volume de investimento realizado ou o número de postos de trabalho criados, é fundamental incorporar métricas qualitativas que avaliem o impacto efetivo das intervenções. Entre os critérios recomendados destacam-se:

- o grau de inovação organizacional introduzido nas empresas;
- a evolução da empregabilidade e da qualificação a médio prazo;
- a adoção de práticas de sustentabilidade ambiental e social;
- e o contributo para o reforço das cadeias de valor regionais.

A inclusão sistemática destes indicadores permitiria uma avaliação mais justa e completa dos resultados, aproximando a política de incentivos dos objetivos de transformação económica e de desenvolvimento sustentável definidos para o Portugal 2030.

5.2.5 Mecanismos de continuidade e valorização pós-projeto

Para maximizar o impacto dos incentivos, é fundamental criar mecanismos de continuidade após o encerramento dos projetos, assegurando que os resultados alcançados se mantêm no tempo. Recomenda-se a introdução de bonificações adicionais para empresas que comprovem a manutenção dos postos de trabalho criados, o reinvestimento dos lucros no projeto ou a evidência de impacto continuado no tecido económico e social. Estas medidas promoveriam um maior compromisso e responsabilização por parte dos beneficiários, orientando a política de incentivos para a criação de valor duradouro e não apenas para o cumprimento formal das metas contratuais.

5.2.6 Transparência, avaliação sistemática e comunicação pública

A transparência deve ser assumida como condição essencial para a credibilidade das políticas públicas de incentivo. Recomenda-se a publicação periódica de relatórios públicos com dados desagregados por setor, tipologia de projeto e região, acompanhados de avaliações sistemáticas de impacto que permitam medir resultados reais e identificar boas práticas. Esta abertura de informação facilitaria o escrutínio público e fomentaria a aprendizagem institucional, promovendo uma cultura de melhoria contínua e de confiança entre as entidades gestoras, os beneficiários e a sociedade.

O diagnóstico realizado no capítulo anterior permitiu identificar um conjunto de fragilidades estruturais que limitam a eficácia das políticas públicas de incentivo. Com base nessas conclusões, o presente capítulo apresenta propostas de melhoria orientadas para o reforço da eficiência, transparência e sustentabilidade dos mecanismos de apoio.

A tabela seguinte (Tabela 4) estabelece a correspondência entre as fragilidades analisadas no Capítulo 5.1 e as propostas de melhoria desenvolvidas no Capítulo 5.2, acompanhadas da respetiva justificação.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

Fragilidades Identificadas (Cap. 5.1)	Propostas de Melhoria (Cap. 5.2)	Justificação
5.1.1. Complexidade processual e exigência técnica desproporcionada	5.2.1. Simplificação administrativa e harmonização regulamentar	Simplificação direta dos procedimentos e uniformização das regras respondem à burocracia excessiva e às exigências desajustadas.
5.1.2. Foco excessivo na execução formal	5.2.4. Introdução de indicadores qualitativos de impacto	A avaliação centrada apenas na execução formal é resolvida com a introdução de métricas qualitativas.
5.1.3. Fraca articulação com estratégias territoriais e políticas setoriais	5.2.3. Integração de estratégias de desenvolvimento territorial	A articulação direta entre incentivos, planos regionais e RIS3 responde à falta de coerência territorial e setorial.
5.1.4. Risco de distorção da racionalidade empresarial	5.2.5. Mecanismos de continuidade e valorização pós-projeto	Ao premiar a continuidade e a sustentabilidade, evita-se a submissão de projetos artificiais apenas para captar financiamento.
Desigualdades regionais na capacidade de acesso e execução	5.2.2. Reforço das redes de apoio técnico descentralizado	A criação de estruturas regionais de apoio técnico reduz assimetrias territoriais e democratiza o acesso aos fundos.
Fragilidade institucional na comunicação e avaliação pública	5.2.5. Transparência, avaliação sistemática e comunicação pública	A comunicação regular de resultados e a publicação de dados reforçam a confiança e a prestação de contas.

*Tabela 4 - Propostas de Melhoria
Fonte: Elaboração Própria*

CONCLUSÕES

As políticas públicas de incentivo assumem um papel determinante no estímulo ao desenvolvimento económico e na promoção da empregabilidade em Portugal. A análise desenvolvida, apoiada pela experiência prática adquirida durante o estágio na Abilis – Consultores de Empresas, Lda., evidenciou que, quando bem estruturados e estrategicamente enquadrados, os incentivos públicos potenciam a inovação, a modernização empresarial e a criação de emprego qualificado, sobretudo em pequenas e médias empresas.

A análise dos estudos de caso corroborou as conclusões alcançadas. Verificou-se que os incentivos atuam como instrumentos de viabilização e de transformação, permitindo a realização de investimentos que dificilmente seriam possíveis sem apoio público. Quando articulados com estratégias empresariais sólidas e orientadas para resultados, os apoios contribuem para o reforço da competitividade, a adoção de práticas sustentáveis e a valorização do emprego. Contudo, observou-se também que projetos de menor maturidade estratégica tendem a utilizar os incentivos apenas como complemento financeiro, sem impacto estrutural duradouro.

A experiência de estágio revelou igualmente um conjunto de limitações que afetam a eficácia do sistema de incentivos: a complexidade processual, a morosidade das decisões, a assimetria regional no acesso e a escassa avaliação qualitativa dos resultados. Estas fragilidades reduzem a capacidade transformadora dos programas e justificam a necessidade de reformas administrativas e de maior coordenação entre políticas públicas, entidades gestoras e promotores.

As propostas apresentadas neste trabalho, centradas na simplificação dos procedimentos, no reforço do apoio técnico descentralizado, na integração territorial e na introdução de indicadores qualitativos de impacto, visam aumentar a eficiência, a transparência e a sustentabilidade dos incentivos. A articulação destes instrumentos com reformas estruturais e com uma visão de longo prazo, em consonância com os objetivos do Portugal 2030, constitui condição essencial para maximizar o retorno económico e social dos fundos europeus.

O Impacto das Políticas de Incentivo na Economia e Empregabilidade Nacional

Em síntese, os incentivos públicos não devem ser entendidos como meros apoios financeiros, mas como instrumentos estratégicos de política económica. A sua eficácia depende da capacidade de planear, executar e avaliar de forma rigorosa, garantindo que cada projeto apoiado contribui efetivamente para um modelo de crescimento mais inovador, competitivo e coeso. O percurso desenvolvido neste relatório permitiu consolidar esta compreensão, demonstrando que a boa gestão dos incentivos é, em última instância, um fator decisivo para o desenvolvimento sustentável de Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P. (2023). *Portugal 2030 – Estratégia e programas*. Autor.

Comissão Europeia. (2021). *Cohesion policy 2021–2027: Objectives and priorities*. Publications Office of the European Union.

Fundo Monetário Internacional. (2024). *Europe's growth challenge: Harnessing structural reforms and EU funds for productivity and employment* (IMF Departmental Paper No. 24/1). Autor.

Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (2024). *Situação do mercado de emprego – Relatório anual 2023*. Autor.

Instituto Nacional de Estatística, I. P. (2025). *Empresas em Portugal 2023 – Dia Internacional das Micro, Pequenas e Médias Empresas*. Autor.

Mesquita, J., Pereira dos Santos, J., & Tavares, J. (2025). *European funds and firm performance: Evidence from a natural experiment*. Small Business Economics. <https://doi.org/10.1007/s11187-025-01052-z>

Muraközy, B., & Telegdy, Á. (2023). *The effects of EU-funded enterprise grants on firms and workers*. Journal of Comparative Economics, 51(2), 216–234. <https://doi.org/10.1016/j.jce.2022.09.001>

Organisation for Economic Co-operation and Development. (2023). *Employment outlook 2023: Building resilient labour markets for the future*. OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/08785bba-en>

Parlamento Europeu, & Conselho da União Europeia. (2021). *Regulamento (UE) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho de 2021, que estabelece disposições comuns relativas aos fundos europeus estruturais e de investimento*. Jornal Oficial da União Europeia, L 231, 159–706. <https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2021/1060/oj>

Portugal 2030. (2023). *Acordo de parceria Portugal 2030 – Enquadramento estratégico dos programas temáticos e regionais*. Governo de Portugal.

Tribunal de Contas Europeu. (2021). *Apoio do FSE para o combate ao desemprego de longa duração: As medidas devem ser objeto de um melhor direcionamento, adaptação e acompanhamento* (Relatório Especial n.º 25/2021). Autor.

Vakola, M., Armenakis, A., & Oreg, S. (2013). Reactions to organizational change from an individual differences perspective: A review of empirical research. In S. Oreg, A. Michel, & R. T. By (Eds.), *The psychology of organizational change* (pp. 95–122). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139096690.008>